

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

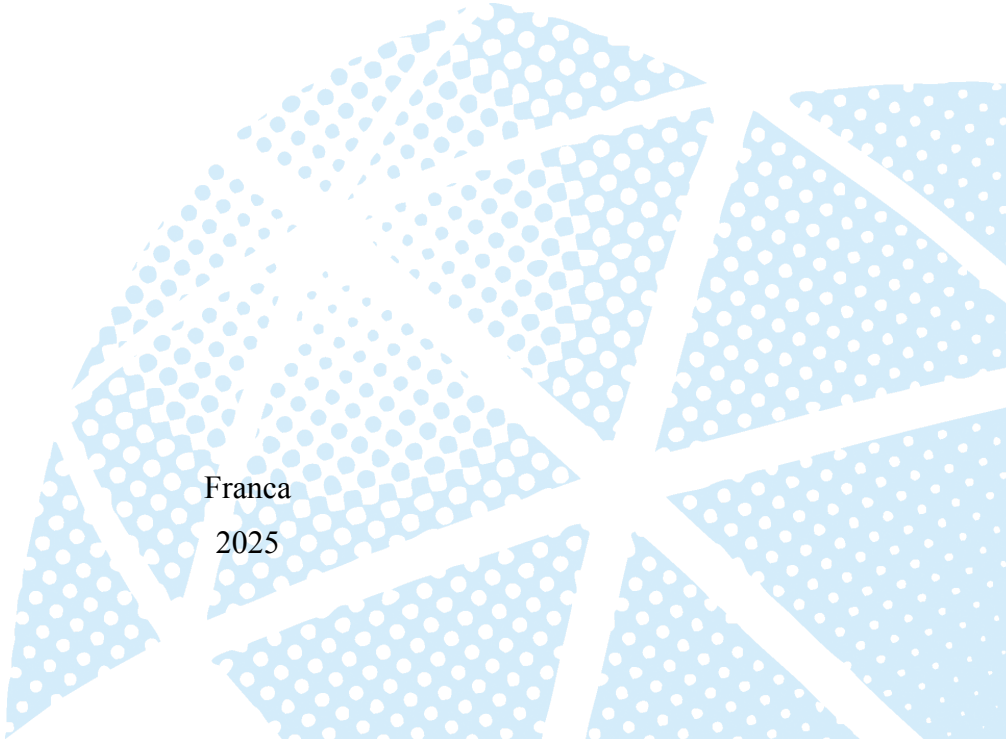
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS) - Campus de Franca

ISABELLA LIMA REIS

**INTEGRAÇÃO OU IDENTIDADE? A DIMENSÃO CULTURAL DENTRO DOS
BLOCOS REGIONAIS LATINO-AMERICANOS**

Caso MERCOSUL, UNASUL e CELAC

Franca
2025



ISABELLA LIMA REIS

**INTEGRAÇÃO OU IDENTIDADE? A INTEGRAÇÃO CULTURAL DENTRO DOS
BLOCOS REGIONAIS LATINO-AMERICANOS**

Caso MERCOSUL, UNASUL e CELAC

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Estadual Paulista “Júlio de
Mesquita Filho” (UNESP), Faculdade de
Ciências Humanas e Sociais, Câmpus de
Franca, para obtenção do título de Bacharel em
Relações Internacionais.

Orientadora: Prof. Dr. Beatriz Walid de
Magalhães Naddi

Franca

2025

R375i	Reis, Isabella Lima Integração ou identidade? a integração cultural dentro dos blocos regionais latino-americanos : Caso MERCOSUL, UNASUL e CELAC / Isabella Lima Reis. -- Franca, 2025 48 p. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado - Relações Internacionais) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca Orientadora: Beatriz Walid de Magalhães Naddi 1. Integração Regional. 2. Cultura. 3. Identidade Regional. 4. América Latina. I. Título.
-------	--

ISABELLA LIMA REIS

**INTEGRAÇÃO OU IDENTIDADE? A DIMENSÃO CULTURAL DENTRO DOS
BLOCOS REGIONAIS LATINO-AMERICANOS:**

Caso MERCOSUL, UNASUL e CELAC

TCC apresentado à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca, para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Área de Concentração: Integração Regional

Data da defesa: 06/12/2025

Banca Examinadora:

Profª. Dra. Beatriz Walid de Magalhães Naddi
UEMA - Universidade Estadual do Maranhão - Campus de São Luís

Prof. Dr. Marcos Sorrilha Pinheiro
UNESP - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - Campus de Franca

Profª. Dra. Regina Cláudia Laisner
UNESP - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - Campus de Franca

Dedico este trabalho aos meus avós, Conrado, Margarida e Maria Alice. Por me darem as raízes que sustentam quem eu sou e por serem a base sobre a qual construo minha vida.

AGRADECIMENTOS

A conclusão desta etapa não seria possível sem uma rede de apoio, à qual dedico minha mais sincera gratidão.

À minha mãe, meu mais profundo agradecimento. Ela foi minha base e meu alicerce; sem sua confiança, a universidade teria permanecido apenas no horizonte dos sonhos. Seu apoio incondicional durante toda a graduação foi o que me permitiu chegar até aqui.

Ao meu pai, por todas as madrugadas em que esperou o ônibus comigo, ou permaneceu acordado à minha espera, por sua dedicação constante e por se interessar genuinamente pela minha formação, sobretudo como ser humano.

Aos meus avós, que ofereceram a base e a estrutura para que a família seguisse unida. O carinho, o afeto e os valores que transmitiram foram fundamentais para minha trajetória até aqui.

Aos meus irmãos, que encurtaram distâncias com suas conversas e transformaram o apoio e o afeto em um lar, mesmo longe de casa.

Aos amigos que estiveram comigo durante essa jornada, agradeço por cada obstáculo superado em conjunto e pela lealdade que me lembrou, em todos os momentos, que eu não estava sozinha diante das adversidades do curso.

À Professora Beatriz Naddi, pela orientação atenta. Sua paciência, disponibilidade e apontamentos precisos foram indispensáveis para a construção e o amadurecimento das ideias aqui apresentadas.

A todos os professores que fizeram parte da minha trajetória, deixo minha gratidão por me ensinarem a enxergar além do óbvio e por contribuírem de forma essencial para minha formação profissional e, sobretudo, humana.

E ao grupo de extensão NETPDH, por proporcionar uma das experiências mais marcantes e transformadoras de toda a graduação.

“Quieren quitarme el río y también la playa
Quieren al barrio mío y que abuelita se vaya
No, no suelte' la bandera ni olvide' el lelolai
Que no quiero que hagan contigo lo que le
pasó a Hawái”

(Bad Bunny, 2025).

RESUMO

Este trabalho investiga o papel da cultura nos processos de integração regional latino-americana, com foco nas iniciativas culturais desenvolvidas pelo MERCOSUL, UNASUL e CELAC. Partindo da compreensão de que a integração na América Latina não se limita aos aspectos econômicos e políticos, a pesquisa busca identificar qual é o lugar da cultura dentro desses blocos e se sua presença visa promover uma maior integração cultural ou consolidar uma identidade regional compartilhada. A metodologia utilizada é qualitativa, baseada em revisão bibliográfica e análise documental de declarações e programas oficiais, articulada às contribuições teóricas de autores como Néstor García Canclini, Andrew Hurrell, Jorge Larraín e Briceño Ruiz, que abordam a formação cultural e identitária da região sob perspectivas críticas e decoloniais. Os resultados mostram que a cultura ocupa um espaço estratégico e simbólico na integração regional, ainda que com diferentes graus de institucionalização. No MERCOSUL, a dimensão cultural é mais estruturada, presente em programas como o Somos MERCOSUL e o Cultura Viva, que visam fortalecer a identidade e promover o intercâmbio cultural entre os Estados-membros. Na UNASUL, a cultura aparece como instrumento de pertencimento e cidadania, destacando-se o Grupo de Trabalho sobre Cidadania Sul-Americana e a Bienal Internacional de Arte do Sul (Bienalsur). Já na CELAC, a dimensão cultural é mais discursiva, funcionando como pilar simbólico de unidade latino-americana e caribenha. Conclui-se que a cultura, ao mesmo tempo em que incentiva o diálogo e a valorização da diversidade, contribui para a construção de uma identidade regional plural e coesa. Dessa forma, ela se revela um elemento essencial da integração latino-americana, capaz de articular dimensões políticas, sociais e simbólicas em torno da afirmação de um projeto comum de pertencimento e autonomia regional.

Palavras-chave: Integração Regional; Cultura; Identidade Regional; América Latina.

RESUMEN

Este trabajo analiza el papel de la cultura en los procesos de integración regional latinoamericana, con énfasis en las iniciativas culturales impulsadas por el MERCOSUR, la UNASUR y la CELAC. Partiendo de la comprensión de que la integración en América Latina trasciende los ámbitos económicos y políticos, la investigación busca identificar cuál es el lugar que ocupa la cultura dentro de estos bloques y si su presencia tiene como objetivo promover una mayor integración cultural o consolidar una identidad regional compartida. La metodología utilizada es cualitativa, basada en la revisión bibliográfica y el análisis documental de declaraciones y programas oficiales, articulada con los aportes teóricos de autores como Néstor García Canclini, Andrew Hurrell, Jorge Larraín e Briceño Ruiz, quienes abordan la formación cultural e identitaria de la región desde perspectivas críticas y decoloniales. Los resultados muestran que la cultura ocupa un espacio estratégico y simbólico en la integración regional, aunque con distintos grados de institucionalización. En el MERCOSUR, la dimensión cultural está más estructurada, presente en programas como Somos MERCOSUR y Cultura Viva, que buscan fortalecer la identidad y promover el intercambio cultural entre los Estados miembros. En la UNASUR, la cultura aparece como instrumento de pertenencia y ciudadanía, destacándose el Grupo de Trabajo sobre Ciudadanía Suramericana y la Bienal Internacional de Arte del Sur (Bienalsur). En la CELAC, la dimensión cultural se manifiesta principalmente de forma discursiva, actuando como pilar simbólico de la unidad latinoamericana y caribeña. Se concluye que la cultura, al mismo tiempo que fomenta el diálogo y la valorización de la diversidad, contribuye a la construcción de una identidad regional plural y cohesionada. De este modo, se configura como un elemento esencial de la integración latinoamericana, capaz de articular dimensiones políticas, sociales y simbólicas en torno a la afirmación de un proyecto común de pertenencia y autonomía regional.

Palabras clave: Integración Regional; Cultura; Identidad Regional; América Latina.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALALC	Associação Latino Americana de Livre Comércio
ALBA	Aliança Bolivariana de Livre Comércio
ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
CALC	Cúpula da América Latina de Integração e Desenvolvimento
CAN	Comunidade Andina
CASA	Comunidade Sul Americana de Nações
CEPAL	Comissão Econômica da América Latina e Caribe
CELAC	Comunidade de Países Latino Americanos e Caribenhos
CONSECCTI	Conselho Sul Americano de Educação, Cultura, Tecnologia e Inovação
CSC	Conselho Sul Americano de Cultura
ISI	Substituição de Importações
MCCA	Mercado Comum Centro Americano
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MONDIACULT	Conferência Mundial sobre políticas Culturais
OEA	Organização das Nações Americanas
PEAS	Plano Estratégico de Ação Social
RECAM	Reunião Especializada de autoridades cinematográficas e audiovisuais do MERCOSUL
RMC	Reunião de Ministros responsáveis pela Cultura
UNASUL	União das Nações Sul Americanas
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	A FORMAÇÃO CULTURAL E IDENTITÁRIA DOS PAÍSES LATINO AMERICANOS	15
2.1	O QUE É IDENTIDADE REGIONAL?	16
2.2	FORMAÇÃO CULTURAL E IDENTITÁRIA DA AMÉRICA LATINA	19
2.3	A INTEGRAÇÃO REGIONAL E A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE LATINO-AMERICANA	24
3	A INSERÇÃO DA CULTURA NOS BLOCOS REGIONAIS E O SEU ESPAÇO NAS DINÂMICAS DE INTEGRAÇÃO	27
3.1	CULTURA DENTRO DO MERCOSUL	30
3.2	CULTURA DENTRO DA UNASUL	34
3.3	CULTURA DENTRO DA CELAC	37
3.4	A DIMENSÃO CULTURAL DENTRO DO MERCOSUL, UNASUL E CELAC	38
4	CONCLUSÃO	39
5	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	42

1. INTRODUÇÃO

A integração regional é um dos temas mais recorrentes e complexos das Relações Internacionais na América Latina, pois reflete os esforços históricos dos países do continente em construir alternativas de cooperação frente às desigualdades econômicas, às assimetrias políticas e à persistente dependência estrutural em relação aos centros de poder globais. Desde as primeiras experiências de integração no século XX, o continente busca modelos que expressem não apenas uma resposta econômica, mas também uma afirmação política e civilizatória, na tentativa de legitimar a sua posição no sistema internacional. Nesse contexto, compreender as dinâmicas da integração exige ultrapassar a lógica econômica tradicional e reconhecer a relevância de dimensões sociais e culturais que têm contribuído para a consolidação de um sentimento de pertencimento e de identidade comum entre os países latino-americanos.

A cultura, nesse sentido, emerge como um eixo de análise central. Mais do que um elemento acessório das relações internacionais, ela constitui uma dimensão estruturante da convivência regional, capaz de articular narrativas, valores e símbolos que dão sentido à ideia de “América Latina”. O reconhecimento dessa dimensão tem se intensificado nas últimas décadas, à medida que diferentes blocos regionais, como o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) e a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), incluem a cultura em suas agendas de cooperação e desenvolvimento. Tais iniciativas representam não apenas a valorização das expressões culturais, mas também a tentativa de utilizar a cultura como instrumento de integração política, social e identitária.

No entanto, apesar da crescente presença da temática cultural nas políticas regionais, seu papel ainda é pouco estudado. Em geral, a integração latino-americana tem sido analisada sob perspectivas predominantemente econômicas e institucionais, deixando em segundo plano as dimensões sociais e culturais que sustentam a construção de uma identidade regional. A maior parte dos estudos concentra-se em aspectos como comércio, segurança ou governança, sem explorar de forma sistemática o modo como a cultura contribui para a consolidação de vínculos regionais. É justamente essa lacuna que o presente trabalho busca preencher: entender qual é o lugar da cultura dentro dos blocos regionais latino-americanos e se a dimensão cultural visa promover uma maior integração cultural ou desenvolver uma identidade regional.

Com base neste delineamento, o presente estudo se fundamenta nas contribuições teóricas de Jorge Larraín (1994), Briceño Ruiz (2018), Andrew Hurrell (1995) e Néstor García Canclini (2013). Estes autores são mobilizados para definir o conceito de identidade regional e analisar sua articulação com os blocos regionais latino-americanos. Essa abordagem permite uma compreensão aprofundada da relevância da cultura e da identidade no contexto atual dos arranjos regionais examinados.

Jorge Larraín (1994) oferece o subsídio teórico fundamental sobre a gênese do "latino-americanismo". Embora o fenômeno seja abordado por diversas perspectivas, a teoria de Larraín (1994) é crucial para este trabalho, pois sustenta que a identidade latino-americana não surgiu de modo endógeno, mas sim exógeno, manifestando-se como uma resposta a ameaças ou desafios externos. Para o autor, a questão identitária ganha proeminência nos momentos em que crenças socialmente construídas são postas em xeque. Ele delimita quatro momentos cruciais para essa emergência: os anos críticos da Conquista e Colonização; a crise da Independência e a formação dos Estados Nacionais; o contexto da Primeira Guerra Mundial e da Grande Depressão do sistema capitalista; e o subsequente fracasso dos regimes populistas¹.

Para além dos marcos estabelecidos por Larraín (1994), a presente pesquisa aprofundará a análise sobre a inserção do campo cultural no regionalismo latino-americano em momentos históricos mais recentes. Serão considerados, em particular, o final da Guerra Fria e a concomitante ascensão dos governos neoliberais, bem como o início dos anos 2000 e a emergência dos governos de esquerda, fenômeno conhecido como "Onda Rosa".

Embora se reconheça que a identidade latino-americana tenha se formado de maneira exógena, torna-se imprescindível atentar para a vasta diversidade cultural que reside no interior dessa identidade singular. A América Latina possui uma especificidade ainda maior em comparação a outras regiões, visto que a diversidade não é apenas uma característica presente, mas sim um elemento intrínseco às raízes históricas e à própria construção social do continente. Para abordar essa complexidade – que será um tema central na análise dos blocos regionais –, o estudo recorrerá a Néstor García Canclini (2013). O autor define essa diversidade como hibridismo cultural, entendendo a identidade latino-americana como o resultado da interação de múltiplas matrizes, notadamente as indígenas, negras e européias.

Essa perspectiva do hibridismo é central para a compreensão da identidade em meio à diversidade, tal como defendido por Briceño Ruiz (2018). Para o autor, é a convergência da

¹ Caracterizado sobretudo aos regimes em ascensão em toda a América Latina desde a década de 40 até o final da década de 50

diversidade étnica e cultural do continente que proporciona a base para o surgimento de uma identidade em comum, o que, por sua vez, fomenta a criação de laços culturais e o desenvolvimento do regionalismo e dos blocos regionais no continente.

Por fim, o trabalho incorporará a perspectiva de Andrew Hurrell (1995) para a definição de região e seus processos de consolidação. Para Hurrell (1995), a região se define de modo fundamentalmente subjetivo; logo, a identidade e a cultura dos povos são elementos determinantes na sua caracterização. O arcabouço teórico de Hurrell (1995) é essencial para a definição de identidade regional, concebida como um dos estágios necessários para se alcançar a chamada *coesão regional*, entendida pelo autor como uma unidade regional sólida e consolidada.

Com os conceitos inseridos na discussão de integração regional latino-americana analisados, busca-se compreender, de modo mais específico, os blocos da UNASUL, CELAC e do MERCOSUL. Cabe destacar que esse três blocos foram escolhidos por conta da conjuntura das suas criações ou posições no que tange identidade e cultura. O Mercosul, uma das primeiras instituições, apresenta uma vertente institucional clara para integração cultural visando ao fortalecimento do perfil cultural comum (Graziano; Guariglio, 2022). Já a UNASUL e a CELAC foram criadas na onda do regionalismo pós-liberal (Sanahuja, 2012) e pós-hegemônico (Riggirozzi; Tussie, 2012) na América Latina, quando as pautas culturais, identitárias e sociais foram incorporadas de maneira central às agendas políticas (Ruiz, 2018).

A relevância deste estudo está, portanto, em examinar a cultura como componente fundamental da integração latino-americana. Ao colocar o foco sobre as iniciativas culturais dos blocos regionais, este trabalho busca revelar que a integração não se limita à cooperação econômica ou diplomática, mas envolve um processo mais profundo de construção de significados e identidades compartilhadas. A cultura, nesse sentido, é um campo de disputa simbólica e política: serve tanto à consolidação de projetos regionais autônomos quanto à afirmação de uma identidade latino-americana plural.

O problema de pesquisa que orienta este estudo parte das seguintes questões: *qual é o lugar da cultura dentro dos blocos regionais estudados?* e *a dimensão cultural dentro desses blocos visa promover uma maior integração cultural ou desenvolver uma identidade regional?* Tais perguntas buscam compreender o papel da cultura como dimensão integradora e como eixo de coesão entre os Estados-membros. Parte-se da hipótese de que, embora a cultura tenha sido formalmente incorporada às estruturas institucionais dos blocos, sua efetividade depende da continuidade das iniciativas e da capacidade dos Estados em transformá-las em políticas de longo prazo voltadas à integração social e simbólica.

O objetivo geral deste trabalho é, portanto, compreender de que forma a cultura está inserida nos blocos regionais latino-americanos estudados e se essa inserção tem como propósito promover uma integração cultural mais ampla entre os países-membros ou contribuir para a consolidação de uma identidade regional coesa.

Entre os objetivos específicos, destacam-se:

1. Analisar a formação cultural e identitária dos países latino-americanos como um processo histórico e contínuo, desde o período colonial até os dias atuais;
2. Investigar de que forma e por quais razões a dimensão cultural passou a ser incorporada às agendas dos blocos regionais nos últimos anos, bem como o papel que ela ocupa atualmente;
3. Avaliar se a presença da cultura nesses espaços visa apenas o fortalecimento da integração cultural ou se há, de fato, a intenção de consolidar uma identidade regional compartilhada.

Metodologicamente, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa e analítica, com base em revisão bibliográfica e análise documental de fontes primárias, como declarações, tratados e relatórios oficiais dos blocos regionais; e secundárias, compostas por produções acadêmicas que abordam o regionalismo latino-americano sob a perspectiva cultural. A análise busca articular os dados empíricos com o referencial teórico, de modo a compreender tanto as intenções discursivas quanto os resultados práticos das políticas culturais implementadas.

A estrutura do trabalho organiza-se em três capítulos, para além desta introdução. O primeiro capítulo apresenta o debate teórico e histórico sobre integração regional e cultural na América Latina, examinando as contribuições de autores latino-americanos e a evolução do pensamento sobre identidade regional. O segundo capítulo analisa as iniciativas culturais promovidas pelos blocos MERCOSUL, UNASUL e CELAC, investigando como a cultura foi institucionalizada e qual o papel que ela desempenha dentro de cada um deles. Por fim, o terceiro capítulo, de caráter conclusivo, retoma as questões de pesquisa e sintetiza as análises, demonstrando como a cultura, em diferentes graus de formalização, tem se revelado um elemento essencial para a coesão regional e a construção de uma identidade latino-americana compartilhada.

Dessa forma, o presente estudo propõe compreender a integração regional a partir de uma perspectiva que reconhece o poder da cultura como instrumento político, social e simbólico. Ao fazê-lo, busca-se contribuir para uma leitura mais ampla da integração

latino-americana, na qual a cultura deixa de ser um acessório das agendas econômicas e passa a ocupar o centro das discussões sobre pertencimento, cidadania e autonomia regional.

2. A FORMAÇÃO CULTURAL E IDENTITÁRIA DOS PAÍSES LATINO AMERICANOS

A identidade latino-americana permanece como um tema amplamente debatido dentro das discussões acadêmicas, envolvendo diferentes visões e teorias sobre a sua formação. Alguns autores argumentam que esse conceito já é coeso, enquanto outros defendem que ele ainda precisa ser construído de forma mais unificada. Para o autor Alain Rouquié (1992), a compreensão do conceito de América Latina é aberta, pois ela não trata de algo totalmente cultural ou totalmente geográfico. Nesse sentido, compreende-se a América Latina como um conceito cultural, social e político, mas também que demanda aproximação entre os objetivos regionais dos projetos nacionais. (apud Figueiredo; Gremaud; Braga 2023)

No entanto, para o autor Briceño Ruiz (2018), a fim de compreender o fenômeno da integração regional na América Latina, particularmente, é necessário notar a relevância de uma identidade regional coesa, haja visto que para o autor a integração regional da América Latina foi facilitada por conta desse traço identitário já pré estabelecido. A partir dessa perspectiva, o autor explora as identidades antagônicas que coexistem dentro do continente americano. Uma delas é o pan-americanismo, que envolve todos os países das Américas, incluindo o Canadá e os Estados Unidos. Já a outra é o latinoamericanismo que surge para combater o pan-americanismo, excluindo os países anglosaxões - Canadá e Estados Unidos.

O latinoamericanismo, em particular, foi baseado em diferentes projetos identitários que estavam sendo desenvolvidos dentro da região na época, sendo um dos mais importante o texto *Nuestra América* (1891) do cubano José Martí. Nesse texto, o autor defende que é possível pensar na união dos países hispanos americanos a partir das conexões sociais, históricas e identitárias que esses países possuem, diante de um antagonismo com a “outra América” anglosaxã. Dessa forma, o problema comum nesse momento, a hegemonia estadunidense, faz com que surja uma “necessidade imperiosa” para a união nesses países. (SANTOS, 2010, p.5)

A partir dessa oposição, Briceño Ruiz argumenta que a integração na periferia não teria a função de garantir a paz, como na Europa, mas de garantir a existência e a autonomia de Estados que sofrem historicamente com interferências externas, destacando a importância da identidade latina-americana para a compreensão do regionalismo na região, apesar de ser um tema pouco explorado.

No entanto, o tema das narrativas e da identidade não é explorado de forma ampla e rigorosa. Isso se explica porque o componente histórico dos estudos sobre os processos de integração regional na América Latina é muito limitado, seja porque não interessa aos estudos de conjuntura preocupados com a dimensão instrumental da integração, ou porque recorrer à repetida frase da unidade continental e fazer algumas citações de Simón Bolívar parece ser suficiente. Esse 'ahistoricismo' conduz a uma reconstrução da história do regionalismo latino-americano que normalmente é entendida como um processo que se inicia com as propostas de Prebisch sobre a criação de um mercado comum na década de 1950. As iniciativas anteriores seriam apenas 'antecedentes' ou uma espécie de 'proto-história' da integração latino-americana. (RUIZ, 2018, p.146, tradução nossa)

Nesse sentido, o presente capítulo busca explorar a relação profunda entre a identidade e a integração regional latino-americana. Propõe-se compreender, primeiramente, o que é identidade e como esse conceito é importante para o regionalismo. A seguir, será abordada a construção cultural e histórica identitária latino-americana, analisando os principais teóricos desse assunto.

2.1. O QUE É IDENTIDADE REGIONAL?

Os estudos sobre regionalismo começam a ganhar uma nova forma a partir da nova onda de regionalização que começa nos anos 1960. Nesse período, ocorreu um aumento expressivo nas iniciativas de regionalização em todo o mundo, impulsionadas pelo final da Segunda Guerra Mundial e começo da Guerra Fria.

A partir disso, Hurrell (1995) destaca algumas características importantes do novo regionalismo que modifica a forma como esse tema passa a ser estudado nesse momento. A primeira característica é a emergência no regionalismo norte-sul, no qual os países do Norte Global passam a se engajar mais ativamente em acordos ou iniciativas regionais com os países do Sul Global, como é o caso da Organização das Nações Americanas (OEA). A segunda característica refere-se à variação no grau de institucionalização dos arranjos regionais, indicando variações na burocratização e na formalização, isso significa que nem todas as tentativas de burocratização precisavam de uma instituição formalizada para a promoção do diálogo entre os países da região. A terceira característica indica o carácter multidimensional do novo regionalismo, ou seja, é difícil traçar uma divisão entre o regionalismo político e o econômico. A última característica é o aumento na consciência regional em diferentes partes do mundo durante esse período, vinculando essa percepção a debates mais amplos sobre identidade e pertencimento. Para o autor,

[o] aumento acentuado da consciência regional em numerosas áreas do mundo, parte integrante de um conjunto mais amplo de questões ressuscitadas sobre a identidade e o “sentimento de pertencer”, embora essa consciência nem sempre se traduza de

maneira fácil e sem problemas em instrumentos concretos de cooperação regional (Hurrell, 1995, p.46)

Dessa forma, compreende-se que o regionalismo pode ser analisado sob a ótica da coesão social, entendida como a partilha de elementos como etnia, raça, idioma, religião, cultura, história, consciência e herança em comum. Esses fatores contribuem para a formação de um senso de pertencimento coletivo entre os países. A União Europeia representa um exemplo emblemático de como a coesão social pode sustentar projetos de integração regional. Para o autor Briceño Ruiz (2018), as ideias, os valores, as identidades e as narrativas são importantes para compreender o regionalismo, uma vez que a política depende diretamente vinculada às identidades coletivas e às normas socialmente construídas. Nessa lógica, a convergência de culturas fomenta a criação de blocos regionais e o regionalismo, como no caso do Oriente Médio e da África do Norte.

Ademais, Hurrell (1995) fundamenta os conceitos de consciência e identidade regional como uma categoria fundamental para se atingir a “coesão regional”. O autor analisa que a consciência regional pode ser entendida de forma interna, como em termos de cultura, história, tradição, como também pode ser estabelecida de forma externa para enfrentar uma ameaça política, por exemplo. Nesse sentido, a América Latina é usada como exemplo do estabelecimento de sua identidade de forma externa, pois, durante o século XX, diante das crescentes influência e intervenção dos Estados Unidos na região, diversos intelectuais e líderes reforçaram a ideia de uma identidade latinoamericana comum como forma de resistência a essa hegemonia. Como destacam os autores Figueiredo, Gremaud e Braga, neste momento, a identidade latino-americana é reforçada e começa a impactar os Estados do continente. Dessa forma, Hurrell define que

Embora seja característica marcante do “novo” regionalismo, a preocupação com a idéia de Europa, Américas e Ásia apresenta-se emoldurada por argumentos de profundas raízes históricas em torno da definição de região e dos valores e propostas que representa - não obstante uma boa dosagem de redescoberta histórica, criação de mitos e invenção de tradições, como acontece, uma vez mais, com o nacionalismo. (Hurrell, 1995, p.50)

Para além dessa categoria, para se atingir a “coesão regional”, também são analisados a integração regional promovida pelo Estado, o grau de regionalização e a cooperação regional entre os Estados, de forma que todas essas categorias unidas “desembocam no surgimento de uma unidade regional coesa e consolidada” (HURRELL, 1995, p.29)
[Adaptado]

Com a nova onda do regionalismo e a emergência das questões identitárias dentro do campo de estudos, cria-se uma nova lente para a compreensão da conexão intrínseca entre a identidade e as questões regionais que é o construtivismo. Para Hurrell (1995), “As teorias construtivistas enfocam a consciência e a identidade regionais com base no compartilhamento do sentido de pertencer a determinada comunidade regional e no que tem sido chamado de ‘regionalismo cognitivo’” (Hurrell, 1995, p.45).

Dessa forma, compreende-se que os estudos de regionalismo surgem de acordo com o autor e com a sua interpretação do que é “região”, mas a interdependência cognitiva entre as pessoas criada por meio das diversas questões identitárias, o que, na maioria das vezes, serão levadas em consideração pelos autores na compreensão de uma região geográfica ou puramente cultural. A segunda onda do construtivismo oferece uma melhor explicação dessa conexão intrínseca entre esses dois fatores, pois ela oferece uma atenção especial na formação dos interesses e da identidade, busca compreender os interesses de um Estado a partir da história e da cultura desse local e entender “o lugar a que pertencem”. Em síntese, o autor argumenta que

Na Europa, na América e na Ásia, as questões de identidade regional tornaram-se fundamentais para a política do regionalismo, embora naturalmente matizada pela existência de diferentes concepções nacionais de região, pelos profundos conflitos a respeito da definição geográfica da região e pelos valores que se supõe que as regiões representam (Hurrell, 1995, p.46)

Considerando esses aspectos, nota-se que a América Latina possui uma identidade em comum formada de maneira externa ao continente, mas que uniu países que possuíam histórias e culturas com raízes interligadas entre os Estados Nações, influenciando o regionalismo na região. Porém, há diversos fatores como a política, a aproximação com potências hegemônicas, questões econômicas que acabam dificultando a *coesão regional* na América Latina.

Desse modo, Briceño Ruiz aponta que “Essa diversidade de interesses demonstraria que eles têm maior importância do que as identidades para o desenho e desenvolvimento dos processos regionais na América Latina.” (Ruiz, 2018, p.131). Contudo, o processo identitário e cultural continua sendo conceitos fundamentais para compreender como o processo de regionalização se dá dentro do continente latino-americano, apesar de fragmentada.

Para autores como Jorge Larraín (1994), a questão identitária passa a ganhar relevância nas agendas políticas dos governos latino-americanos apenas quando certas concepções socialmente construídas, como a crença nos governos populistas, por exemplo, começam a ser colocadas em xeque. Esse movimento ocorre, em especial, com o declínio

desses regimes e com a ascensão das ditaduras militares no início dos anos 1960, período também marcado por uma nova onda de regionalismo no cenário internacional.

2.2. FORMAÇÃO CULTURAL E IDENTITÁRIA DA AMÉRICA LATINA

A formação da identidade nos países latino-americanos é um processo multifacetado que possui diferentes teorias da sua formação. Nesse sentido, destaca-se a diversidade cultural que existe dentro de cada país no continente. Assim, a formação de uma identidade em comum acaba por oprimir certos grupos, principalmente quando se trata de povos marginalizados. O processo de formação dessa identidade é historicamente excludente e tentou mascarar a diversidade a partir de uma pretensa camada de uniformidade, que é a identidade nacional dos países latino-americanos (Larraín, 1994).

Entretanto, a formação dessa identidade pode ser também considerada uma forma de resistência, já que ela surge como uma forma de se colocar como dependente das potências europeias e também independente das novas hegemonias que estavam surgindo no continente nesse momento - os Estados Unidos. Nesse sentido, podemos notar a ambiguidade que a identidade latino-americana possui desde o momento da sua formação: ao mesmo tempo que é uma forma de resistência a forças externas, também mascara e esconde a diversidade dentro do seu próprio território. Em síntese, o autor Larraín aponta que “Sin embargo, es posible encontrar versiones de identidad cultural que, mientras constituyen una forma de resistencia contra un poder extranjero, ocultan al mismo tiempo divisiones internas y excluyen a ciertos grupos dominados.” (Larraín, 1994, p.62).

Dessa forma, podemos notar que a identidade latino-americana foi construída sob ameaça de uma forma de dominação, mas se fundamenta na dominação dos seus próprios cidadãos (Farret; Pinto, 2011). Logo, para Larraín, a identidade latino-americana pode ser compreendida como um projeto, que está em constante construção e desconstrução, usando como base para os seus elementos o passado, mas com o foco no futuro. Como o autor aponta: “Esta concepción de la identidad no sólo mira al pasado como la reserva privilegiada donde están guardados los elementos principales de la identidad, sino que también mira hacia el futuro y concibe a la identidad como un proyecto.” (Larraín, 1994, p.63)

O projeto de construção identitária nos Estados latino-americanos é frequentemente justificado pela busca de modernização, processo este profundamente enraizado nas estruturas de colonialidade e nas marcas históricas da colonização do continente. Nesse sentido, o autor Aníbal Quijano (2000) apresenta um termo chave para explicar a relação intrínseca entre

modernidade e formação das identidades nacionais na América Latina, que é a *colonialidade de poder*. Ela surge como consequência dos padrões de poder do colonialismo, porém ela não cessou com o fim deste. A colonialidade criou estruturas que se baseiam na modernidade, sendo uma das principais dela a distinção entre o *eu europeu* e o *eu ameríndio*. (Blanco; Delgado, 2021)

Essa distinção é fundamental para compreendermos o início da formação da identidade cultural latino-americana. Em Larraín (1994), verifica-se que a cultura ibérica no século XV era profundamente influenciada pela religião católica. Por conta desse fator, os ibéricos não demonstraram abertura cultural e política o suficiente para reconhecer e integrar os povos indígenas. Nos poucos momentos em que os povos indígenas eram assimilados como humanos, eles precisavam estar associados à religião dos europeus. Desse encontro entre os indígenas e os ibéricos, a religião católica surgiu como um novo modelo cultural “fuertemente influenciado por la religión católica, íntimamente relacionado con el autoritarismo político y no muy abierto a la razón científica” (Larraín, 1994, p.40)

Entretanto, as elites do continente, durante o século XVIII, começaram a almejar a liberação cultural da tutela da igreja, além do livre comércio com a Inglaterra. Nesse sentido, durante o século XIX, a racionalidade europeia começou a criar raízes na América Latina com os processos de independência. Isso porque as elites compreendiam que somente com os novos critérios científicos - nesse caso, o Iluminismo - era possível trazer ordem e progresso para as repúblicas emergentes. Acreditava-se que apenas essa racionalidade seria capaz de unificar sociedades marcadas por uma profunda heterogeneidade cultural, compostas por populações indígenas, europeias e africanas.

Desse modo, a construção da identidade latino-americana começa a ser baseada nessa racionalidade, que se fundamenta na ideia de raça estabelecida nas relações coloniais. Nessa lógica, os autores Ramon Blanco e Ana Delgado (2021) observam que a branquitude, um conjunto de privilégios, normas, práticas e valores associados às pessoas brancas em sociedades racializadas, passa a estar no topo da hierarquia das novas repúblicas, enquanto relegava aos “mestiços”, indígenas e negros as posições de subordinação. O “Ser Branco” passou a ser o poder que assegurava a existência dessa hierarquia.

Esses elementos moldaram e construíram a ideia de “Americano”, que, segundo os autores Rafael Farret e Simone Pinto (2011), os países ibero-americanos, particularmente a elite crioula, começam a usar neste momento para se diferenciar dos espanhóis. O autor destaca que a ideia de identidade é feita pelas elites, ressaltando o fato de que esta foi construída de cima para baixo. Isso significa que as elites moldaram a identidade dos países

de acordo com a racionalidade europeia, pautada na relação superioridade e inferioridade. Logo, toda a diversidade cultural que existia no continente, que não pertencia às elites dos países colonizadores, foi oprimida para dar lugar a uma ideia pautada na suposta modernização desses países.

Nesse contexto, a identidade latino-americana formou-se pautada em duas políticas principais, segundo Larraín. A primeira é a política de imigração que visava “melhorar a raça do continente”² (Larraín, 1994, p.42) e de educação para que a população subalterna, principalmente os mestiços, pudesse ter influência moral e intelectual “dos povos mais civilizados” (Larraín, 1994, p.43). Dessa forma, a educação e a imigração científica são os dois principais meios de uniformizar e substituir o legado cultural vindo da colonização.

Posteriormente, ainda durante os processos de independência dos países ibero-americanos, a identidade passou a ter a necessidade de se diferenciar dos países americanos anglosaxões - principalmente os Estados Unidos. Nesse período, houve a expropriação do termo americano pelos Estados Unidos, o que passou a ser um problema aos países ibero-americanos, considerando o projeto de expansão da ideologia estadunidense denominado Doutrina Monroe. Logo, a América estava sendo ameaçada por um país que se autodenominava América. Dessa forma, houve a necessidade de criação de um novo termo para denominar os países ibero-americanos. (Farret; Pinto, 2011)

Para Farret e Pinto (2011), os países latino-americanos “Em função das constantes tentativas de agressão de que eram objeto desde o momento da Independência, tentavam se mostrar perante a comunidade internacional como países livres e unidos por uma série de interesses e vínculos culturais” (Farret; Pinto 2011, p.5). Com a Doutrina Monroe, portanto, nasceu a iniciativa do pan-americanismo, foi uma tentativa de integração entre todos os países da América; e em resposta a essa tentativa, nasce o latinoamericanismo, representando duas identidades para o mesmo continente, que nascem para serem antagônicas uma à outra.

Já nos anos 1920 e 1930, em um contexto marcado pelo começo da Primeira Guerra Mundial e a Grande Depressão, caracterizada pela queda do sistema capitalista, as classes médias e trabalhadores começaram a desafiar a ordem estabelecida. Esse contexto reflete diretamente a identidade construída na América Latina, que começa a ser questionada pelas classes que não participaram da sua criação. O uso da racionalidade europeia começa a ser

² No Brasil esse processo aconteceu de forma mais acentuada e visível devido as proporções continentais do país e o fato de ter sido o último país das Américas a abolir a escravidão em 1888. Para Darcy Ribeiro (1995), o processo de “branquização” se deu devido a aceitação que existia dentro da sociedade brasileira de casais interracialis, visto que era até mesmo incentivado pelo Estado Brasileiro.

criticado por vários intelectuais da época, alguns vão tentar incorporar a cultura indígena dentro das identidades nacionais. Como aponta Eduardo Valdés

Una segunda conclusión es que lo identitario y lo social, además de ir juntos, se articulan: en esta época lo identitario es visto como social. Es decir, lo social no es simplemente el obrero moderno similar a otros obreros del mundo. Lo social es el indígena, el campesino, el mestizo, nuestra raza, un pueblo típicamente indoamericano. Lo más propio de América latina es su pueblo, que es visto como el poseedor de lo auténtico, como aquel que reside en el interior y representa lo más hondo del continente. Como siempre, es cuestión de énfasis. Esto, sin embargo, no debe ser identificado con una posición conservadora que querría volver a una época áurea y pretérita. Por el contrario, el acento más bien está puesto en la construcción de una sociedad futura que sería realizada por este pueblo y estaría afirmada en elementos muy propios. (Valdés, 2000, p.106)

Um dos principais exemplos da incorporação da cultura indígena na construção identitária nacional é o caso da Revolução Mexicana, que teve papel central nesse processo. Após o conflito, que foi uma resposta direta à modernização autoritária implementada pelo regime de Porfirio Díaz, que culminou em uma intensa guerra civil, o Estado mexicano passou a investir na formulação de uma identidade nacional ancorada no passado pré-hispânico. Nesse contexto, surge o Movimento Muralista, de caráter artístico e político, como instrumento de valorização da cultura indígena e popular. Através da arte nos murais dos prédios públicos mexicanos, buscou-se representar a história do México a partir de elementos nativos, resgatando uma herança cultural que até então havia sido marginalizada (Streich, 2017).

Todavia, para o autor, essas vertentes resistem à assimilação feita entre os países do continente e o modelo europeu de cultura racionalista. Ele defende que as ideias europeias sempre prevaleceram dentro do contexto latino-americano, como, por exemplo, o aumento da modernização e industrialização nos anos 50 e o conservadorismo e neoliberalismo nos anos 70 (Larraín, 1994).

A partir dos anos 1970, em um contexto de ditadura militar na maioria dos países da América Latina, a identidade novamente passou a ser um assunto amplamente debatido na academia. Nesse momento, diferentes correntes de pensamento surgiram, e algumas apontavam que a identidade latino-americana pode ser retomada, voltando para tradições antigas indígenas que haviam sido enterradas pela razão instrumental e pelas elites alienadas³.

³ O maior exemplo dessa corrente é o modelo simbólico-dramático que possui uma abordagem estético-religiosa (Larraín, 1994, p.49)

Outras correntes colocam que a verdadeira identidade latino americana está presente na mestiçagem⁴ (Larraín, 1994).

Considerando todos os elementos expostos, Larraín sustenta que a América Latina está permanentemente atrás de uma identidade que não é facilmente encontrada. Essa identidade é marcada por *hibridismo*, que é definido pelo o autor Néstor Garcia Canclini (2013) como a junção de todas as culturas distintas que interagem no território ibero americano, deixando o continente preso entre *a tradição e a modernidade*. Dessa forma, a identidade é um projeto que está constantemente sendo construído e reconstruído, reconhecendo a importância do primeiro contato entre os indígenas e os espanhóis e todas as transformações sociais e políticas que ocorreram desde então, mas não se prende a nenhum desses momentos. Porém, diante do exposto, fica clara a omissão das diversidades culturais subalternas para a construção de uma identidade uniforme baseada na racionalidade europeia.

Para os professores Alexandre Figueiredo, Amaury Gremaud e Márcio Braga (2023, p.33), “A América Latina é, portanto, mais um projeto do que uma indicação geográfica”. Dessa forma, o conceito conseguiu se consolidar como um projeto identitário e cultural e não apenas como uma localidade dentro de mapas. No entanto, embora bem estabelecido como ideia, não se trata de um projeto plenamente concretizado, sobretudo devido ao seu caráter híbrido e às constantes transformações vivenciadas pelos países ibero-americanos. (Figueiredo; Gremaud; Braga, 2023; Larraín, 1994).

Ilustra-se essa questão com os debates e divergências que existem ainda hoje na academia sobre a origem do termo América-Latina, tal qual Latino-Americano. Para o autor britânico Leslie Bethell (2009), o termo foi utilizado pela primeira vez por autores franceses, assim como é defendido por uma teoria mais antiga do autor John Leddy que defende que o termo América Latina foi criado para legitimar as pretensões expansionistas do II Império Francês. Isso se deve ao fato de que, nesse momento, a França compreendeu que caberia a ela liderar o bloco latino, incluindo os países europeus. Dessa forma, cria-se a ideia de América Latina para diferenciar os países da América de origem Latina e os países na América com origem anglosaxã, concretizando uma visão eurocêntrica e colonialista (Figueiredo; Gremaud; Braga, 2023).

Já Arturo Ardao junto com Leopoldo Zea na obra *Génesis de la Idea y Nombre de America Latina* (1980) propõem que o termo América Latina foi criado por intelectuais hispanos-americanos, a partir da preocupação com a necessidade de uma identidade na região

⁴ Como o intelectual Pedro Morandé que coloca a religião dos espanhóis e a oralidade indígena como fatores fundamentais para a criação da identidade no continente (Larraín, 1994)

mediante as constantes ameaças do expansionismo dos Estados Unidos. Logo, para os autores, a criação do termo se filia a uma tradição integracionista. (Figueiredo, Gremaud, Braga; 2023)

Todavia, ambas as teorias se apresentavam contra a tentativa expansionista dos Estados Unidos promovida pela Doutrina Monroe e, consequentemente, contra o panamericanismo. Nesse contexto, mesmo com as diferentes perspectivas de um mesmo fator histórico, consolida-se a ideia de Latino-Americano contra a ideia de panamericanismo.

Em síntese, a formação da identidade latino-americana revela-se como um processo histórico complexo, marcado por tensões entre dominação e resistência, uniformização e diversidade. Desde as primeiras formulações coloniais até as disputas contemporâneas sobre o sentido de “América Latina”, observa-se que a construção identitária do continente foi atravessada por interesses políticos, culturais e econômicos que refletem as hierarquias herdadas da colonialidade. Autores como Larraín, Quijano e Canclini demonstram que essa identidade não pode ser entendida como algo fixo ou homogêneo, mas como um projeto em constante transformação, no qual coexistem múltiplas vozes, memórias e reivindicações. Assim, mais do que uma categoria geográfica, a América Latina se configura como um espaço simbólico em disputa, onde a busca por reconhecimento, autonomia e integração cultural permanece aberta e em permanente reconstrução.

2.3. A INTEGRAÇÃO REGIONAL E A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE LATINO-AMERICANA

Diante desse cenário, torna-se igualmente relevante considerar o papel da integração regional na consolidação da identidade latino-americana. Os processos integracionistas surgiram e foram diretamente ligados à consolidação de uma identidade, principalmente como forma de resistência quando pensamos em América Latina enquanto unidade cultural e histórica. Logo, na América Latina, a identidade e a integração são questões que caminham juntas (Figueiredo; Gremaud; Braga, 2023)

Além disso, podemos notar uma maior conexão entre ambos os processos no período da independência, mas os movimentos integracionistas surgiram antes mesmo desse período. Com o Tratado de Madrid, tratado que definiu as fronteiras entre a América Portuguesa e a América Espanhola, postulava-se que países dentro da “América Meridional” - compreendidos pelos países entre o México e a Patagônia - ficassem em paz entre si mesmo diante de cenários conflituosos (Figueiredo; Gremaud; Braga, 2023)

Ao longo do século XIX, durante os processos de independência, sempre que a soberania nacional era ameaçada, os Estados latino-americanos recorreram à ideia de integração como mecanismo de proteção e resistência (Figueiredo; Gremaud; Braga, 2023). Nesse contexto, a integração regional passou a ser concebida como uma estratégia fundamental para a defesa das recém-formadas repúblicas frente às ameaças externas e à instabilidade política interna.

Na Conferência do Panamá⁵ surge o conceito de uma identidade “Americana” impulsionada por Simón Bolívar⁶. Segundo Figueiredo, esse tratado foi a pedra basilar para a formação da identidade “Americana” (Figueiredo, 2017 apud Figueiredo; Gremaud; Braga, 2023).

O termo nesse momento se consolidou como histórico e social, somente adquirindo dimensões econômicas durante o período entreguerras. Nesse momento, nota-se que as histórias social e econômica dos países latino-americanos eram semelhantes. Logo, o desenvolvimento econômico passa a ocupar um papel chave nos discursos diplomáticos dos países, visto que o mundo pós Primeira Guerra colocou o modelo primário exportador novamente em liderança. Com a junção desses países com a mesma intenção econômica e social, houve a criação da Comissão Econômica da América Latina e Caribe (CEPAL). Esse momento é marcado pela utilização do termo “América Latina” de forma mais bem conceituada. Como apontam os autores Figueiredo, Gremaud e Braga (2023, p.27), “América Latina passava a fazer referência aos países do continente americano que buscavam aprimorar e acelerar seu desenvolvimento, separar sua dependência e seus desequilíbrios sociais” Logo, o processo de desenvolvimento dos países latino-americanos seria realizado a partir da integração regional. Essa ideia contrapõe o liberalismo, dominante nesse momento, e por consequência contrapõe-se à tese hegemônica. Como aponta Francine de Paula (2021), a Teoria da Dependência, prevê que “a América Latina poderia se desenvolver através de integração e intervenção dos países desenvolvidos da região” (Paula, 2021, p. 265). Isso significa que os Estados só conseguiriam se desenvolver apoiando-se um nos outros e não de forma individual.

Um exemplo concreto dessa lógica é o diagnóstico da CEPAL sobre a deterioração dos termos de troca, que evidencia como os países latino-americanos ficavam em desvantagem ao

⁵ Essa conferência foi central para destacar a existência de uma identidade cultural em comum entre os países hispano-americanos. Logo, o termo “Americano” nesse momento, se limitava somente a esses países.

⁶ Simón Bolívar, assim como José Martí, são considerados os “libertadores” na América, por terem participado de muitas guerras de independência dos países hispano-americanos. Ambos defendiam a integração formal desses países.

exportar bens primários com valor decrescente em relação às importações de produtos manufaturados. Esse fenômeno decorre das diferenças nas elasticidades-renda da demanda e das desvantagens comparativas dinâmicas geradas pelo avanço tecnológico dos países desenvolvidos. Para enfrentar esse desafio, a CEPAL propôs a industrialização via substituição de importações (ISI). No entanto, os limites da ISI em mercados nacionais restritos reforçaram a necessidade de integração regional, ilustrada pela criação da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), do Pacto Andino e do Mercado Comum Centro-Americano (MCCA), iniciativas que buscavam ampliar mercados, racionalizar a produção e fortalecer a cooperação econômica como estratégia para superar a defasagem estrutural dos termos de troca.

Posteriormente, com a ascensão de regimes ditatoriais em grande parte do continente, a identidade nacional de muitos países foi colocada em xeque, provocando mudanças significativas nas construções identitárias regionais. Nesse período os países voltaram para a construção de uma cultura e uma identidade mais voltada para sua própria nação, caracterizando o surgimento do nacionalismo, desestimulando as iniciativas de integração como a ALALC.

Com o final da Guerra Fria emerge a chamada “nova onda do regionalismo” impulsionada pela multipolarização do sistema internacional e adoção de agendas liberais fomentado pelo Consenso de Washington. Nesse contexto, o regionalismo é visto como uma estratégia de projeção dos países dentro do sistema internacional, nesse sentido o surgimento de diversos blocos deixa explícito o objetivo de promover a integração regional. Exemplo disso tem-se no lançamento do Mercosul em 1991, com seus principais propósitos voltados aos campos políticos e econômicos, alinhados à época.

No entanto, essa forte onda neoliberal no continente também gerou grande descontentamento entre as populações, que desejavam maior autonomia nas relações com os Estados Unidos. Somou-se a isso a mudança de cenário após 2001, quando a política externa estadunidense passou a se concentrar no Oriente Médio, deixando um vácuo de poder na América do Sul (Brigola, 2022). Todos esses fenômenos desembocaram na chamada Onda Rosa, marcada pela ascensão da esquerda em vários países sul-americanos. Esse movimento buscava promover a cooperação Sul-Sul, destacando-se o Consenso de Buenos Aires, que visava uma integração política, cultural e social mais ampla entre Brasil e Argentina, refletindo diretamente nos blocos regionais.

Para Valéria Graziano e Monica Guarilho (2022), foi esse consenso que trouxe uma característica pós hegemônicas para o Mercosul, com as novas dimensões integradas às

agendas de governo. Dentro desse contexto, surgem a UNASUL (2009) e a CELAC (2011), grandes exemplos de regionalismo pós liberal ou pós hegemônico. Esses novos blocos também podem ser interpretados como respostas às tentativas de reativar o pan-americanismo por meio de projetos como a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), liderados pelos Estados Unidos, que visava a facilitação comercial com os países de todo continente Americano.

Nesse viés, fato é que existe uma conexão intrínseca entre a identidade regional do continente e a integração. Ainda assim, o grau de incorporação de agendas voltadas para cultura e identidade sofre em todas as etapas do regionalismo latino-americano, por esse motivo, apesar de estarem intrinsecamente conectados nas raízes do continente, ainda percebe-se um certo distanciamento do campo cultural dentro da história do regionalismo latino-americano.

3. A INSERÇÃO DA CULTURA NOS BLOCOS REGIONAIS E O SEU ESPAÇO NAS DINÂMICAS DE INTEGRAÇÃO

O campo cultural é relativamente novo dentro das agendas dos governos latinos-americanos. Segundo Valéria Graziano e Mónica Guariglio (2022), ele foi somente incorporado de fato no final dos anos 1980 e começo dos anos 1990 em respostas às discussões que ocorriam no âmbito internacional como a *Conferência mundial sobre políticas culturais* (Mondiacult)⁷ que aconteceu em 1982. Nesse processo, os Estados começaram a entender a cultura como um campo fundamental para o progresso, iniciando uma maior institucionalização das estruturas nacionais voltadas para a cultura, como a criação de ministérios da cultura. No Brasil, por exemplo, o Ministério da Cultura foi criado em 1985 dentro desse contexto (Rezende; Grieco; Teixeira, 2015).

No âmbito do regionalismo latino-americano, o Grupo do Rio⁸ assumiu a integração cultural como um de seus objetivos através do compromisso de Acapulco (1987), porém, as propostas desse compromisso não chegaram a ser concretizadas. Posteriormente, foi criado um mecanismo regional para esse campo: o *Encontro de ministros de Cultura e responsáveis por políticas culturais da América Latina e Caribe*, com o primeiro encontro realizado no dia

⁷ Um dos principais fóruns mundiais de debate e formulação de políticas culturais, até os dias atuais.

⁸ O Grupo do Rio é o nome que ficou conhecido como Mecanismo Permanente de Consulta e Concertação Política. Sua história remonta a Guerra Fria, onde os seus antecessores (Grupo de Contadora e Apoio a Contadora) tinham o intuito de negociar uma solução para as guerras civis que ocorriam na América Central, sem a participação dos EUA e da URSS. O Grupo do Rio é um dos grupos que posteriormente dá origem à CELAC. (Silva, 2022)

10 de agosto de 1989 na cidade de Brasília. O documento começa com a definição de cultura dentro do contexto desses países:

A cultura tem sido o elemento mais constante da identidade e da unidade da América Latina e do Caribe. Nascida do encontro de etnias, essa cultura revelou uma capacidade especial de fundir elementos diversos e provocou uma criação importante e original. (BRASIL, 1989, p.319)

Após esse período, discussões sobre esse campo ganharam centralidade novamente no contexto internacional, haja vista as ameaças das transformações do comércio internacional, que representavam um impasse para o avanço das políticas culturais e direitos culturais a partir dos anos 2000. A cultura, nesse momento, já havia se afastado somente das noções de *soft power* dentro das Relações Internacionais e obteve um papel mais independente (Graziano; Guariglio, 2022).

Ainda assim, durante a Rodada de Doha, esse campo corria um sério risco de vários serviços culturais serem colocados somente como mercadorias. Diante dessas ameaças, houve a criação de diversos instrumentos multilaterais como a *Declaração Universal da Diversidade Cultural* (2001) e, posteriormente, a *Convenção sobre a proteção e promoção da Diversidade das expressões culturais* (2005) pela UNESCO, que propunha que “os bens e serviços culturais comunicam identidades, valores e significados e, por isso, não podem ser considerados meras mercadorias ou bens de consumo quaisquer” (Graziano, Guariglio, 2022).

Na América Latina, principalmente na América do Sul, a centralidade do campo cultural veio junto com a centralidade do campo social promovido pela chamada Onda Rosa, ocorrida entre 2003 até 2016. A Onda Rosa foi o momento em que os governos dos principais países latino-americanos promoveram uma maior vinculação com setores populares. Para os autores Tullo Vigevani e Ramanzini Júnior (2022), esse é um momento totalmente novo na história dos países latinos-americanos, pois há uma transição da democracia delegativa⁹ para a democracia participativa.

Esse momento é marcado pela emergência de novos atores políticos na região, que são mais voltados para o centro-esquerda. Como exemplos temos José Mujica no Uruguai, Nestor e Cristina Kirchner na Argentina, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff no Brasil e Fernando Lugo no Paraguai. A vinculação com setores populares foi promovida através da participação ativa de grupos subalternizados nos poderes e orçamento estatais.

⁹ Nesse tipo de democracia a sociedade como todo não é bem representada por seu presidente, já que este atua conforme os seus interesses. Esse tipo de democracia é marcado amplamente pelo individualismo. Está presente principalmente em países com democracia recém instalada, como é o caso da América Latina. (CAMPOS, 2018)

Diante desse contexto, o regionalismo na América Latina passa a ter um caráter que os autores colocam como pós-hegemônico ou pós-liberal (Graziano, Guariglio, 2022; Vigevani; Ramanzini Júnior, 2022, Ruiz, 2018). Nos anos 90, o regionalismo no continente era marcado pelo chamado regionalismo aberto, definido pelos autores Tullo Vigevani e Ramanzini Junior (2022) como um movimento em que as características do regionalismo incluem a forte liberalização comercial e a integração produtiva; enquanto o regionalismo pós liberal ou pós hegemônico se relacionava mais intensamente com perspectivas de desenvolvimento, justiça social e autonomia nacional e regional, colocando a agenda social (e, conseqüentemente, a agenda cultural) em um lugar de suma importância. Conforme os autores, “O ponto em comum é a ampliação dos atores intervenientes e dos temas da cooperação e da integração regional, de forma a expandir a participação social para além das temáticas comerciais” (Vigevani; Junior, 2022, p.119).

Na integração regional, o regionalismo pós hegemônico é caracterizado por novas instituições como a Aliança Bolivariana de livre comércio (ALBA) em 2004, a UNASUL em 2008 e a CELAC em 2010. O Mercosul, por ter sido criado dentro do regionalismo aberto, começou a flexibilizar a sua agenda para além do campo econômico em 2003, com o Consenso de Buenos Aires, assinado por Lula e Néstor Kirchner. No documento, ambos os países se comprometeram a uma agenda social e produtiva do Mercosul e definiram de forma clara a importância da participação social no processo de integração. (Silva; Martins, 2015). Conforme Briceño Ruiz (2018), o Mercosul seria compreendido a partir de então como um regionalismo híbrido, coincidindo uma agenda de regionalismo aberto com um regionalismo pós-liberal.

Por sua vez, o processo de participação social no âmbito regional está diretamente ligado com a política doméstica dos países. Como os Vigevani e Junior (2022, p. 123) defendem, “A participação social no âmbito doméstico pode gerar uma cultura de participação que tende a se estender para a arena regional, com resultados favoráveis à integração, aumentando a capacidade descentralizada da relação entre os países”. Evidencia-se, portanto, a vinculação intrínseca entre a política regional e a política doméstica quando o assunto é participação social.

Logo, este capítulo tem como objetivo examinar o lugar ocupado pela cultura no âmbito do MERCOSUL, da UNASUL e da CELAC, respectivamente. A partir dessa análise, pretendemos discutir a construção da identidade latino-americana e a forma como ela é incorporada nos discursos e documentos produzidos por esses blocos regionais. Para tanto, será realizada uma análise documental exploratória, complementada pelo diálogo com a

literatura especializada sobre o tema. Por fim, será apresentada uma breve reflexão acerca da configuração atual das dimensões cultural e identitária no interior dessas instâncias de integração.

3.1. CULTURA DENTRO DO MERCOSUL

A criação do Mercosul teve como principal consequência o fim das desconfianças que existiam entre o Brasil e os países platinos, principalmente a Argentina. Essa desconfiança era construída com base em séculos de história entre o Brasil e os seus vizinhos, começando na época colonial, quando Portugal e Espanha disputavam o território sul-americano, perdurando-se na época do Brasil Império com a guerra da Cisplatina e do Paraguai, além das interferências brasileiras no Uruguai. Tal desconfiança se mantém até a época da república, quando países da América da Sul viram com desconfiança o protagonismo diplomático do Barão do Rio Branco (Westin, 2021).

Após esse período, houve diversas tentativas de aproximação do Brasil com os seus vizinhos, principalmente a Argentina, mas todas foram falhas, exemplo disso foi o Pacto ABC¹⁰, somando o Chile. Houve, até mesmo, desconfianças por parte de alguns senadores brasileiros, como Pedro Simon, de que o mal entendimento entre os países e seus vizinhos era devido a influências “do norte” (Westin, 2021).

O Brasil e a Argentina somente começaram a se aproximar em 1979 diante de disputas em torno de projetos hidrelétricos na Bacia do Rio Paraná¹¹. Após esse momento, os dois países começaram a se solidarizar um com o outro, o que culminou na Declaração do Iguaçu (1985), que tinha o intuito de integrar os dois países em um contexto de maior facilidade nos âmbitos diplomático e comercial, já que eles estavam passando pela redemocratização.

Nesse viés, a Declaração de Iguaçu (1985) é considerada “o embrião do Tratado de Assunção” (Westin, 2021), já que, com uma maior integração entre ambos os países, Paraguai e Uruguai se sentiram confiantes em participar dessa integração, trazendo como resultado o Tratado de Assunção (1991), documento que deu início ao bloco de integração regional Mercosul.

¹⁰ União dos três principais países da América do Sul (Argentina, Brasil e Chile) com objetivo de fomento da paz e ordem na região

¹¹ O interesse do Brasil pela região surgiu em 1962, impulsionado pela alta capacidade de geração de energia elétrica do local. Contudo, o projeto de desviar o rio para atender aos interesses brasileiros representava uma possível violação da fronteira com o Paraguai, o que levou o Brasil a se aproximar da Argentina, que também possuía interesses estratégicos em torno do rio Paraná.

É importante destacar que os anos 1990 foram marcados, para além da aproximação do Brasil com os seus países vizinhos, pela forte liberalização na política doméstica dos países latino-americanos. Por conta disso, o Mercosul é um bloco pensado essencialmente para a área de livre comércio, ou seja, foi feito pensando exclusivamente para o campo econômico, de modo que o Tratado de Assunção não possui nenhuma menção ao campo cultural, por exemplo.

Entretanto, pode-se notar a presença de preocupações com o campo cultural desde a criação do Mercosul, visto que um ano após o Tratado de Assunção foi criada a *Reunião Especializada de Cultura*, com um dos principais objetivos de

[...] una mayor coordinación y cooperación en el sector cultural permitirán bases más sólidas y estables para el proceso de integración, actualmente en curso entre los Estados participantes del MERCOSUR. Esta premisa encuentra fundamento en la comprensión de que el conocimiento y apreciación de las respectivas culturas, el trabajo conjunto y la ejecución de los proyectos comunes son prerequisites de cualquier proceso de integración económica social (MERCOSUR/ REC/ATA n°1/92)

A primeira reunião do grupo foi somente em 1995. Nela foram instituídas sete comissões técnicas: legislação, patrimônio, indústrias culturais, rede de informações culturais, capacitação cultural e relações externas. Posteriormente, essas comissões foram substituídas pela *Reunião de Ministros e Responsáveis pela Cultura* (RMC) em 1995, como mostra a Ata.

El consejo del Mercado Comun decide: crear la Reunión de ministros de Cultura o funcionarios de jerarquía equivalente, la que tendrá como función promover la difusión y conocimiento de los valores y tradiciones culturales de los Estados Partes del Mercosur así como la presentación a este Consejo de propuestas de cooperación y coordinación en el campo de la cultura (MERCOSUR/ CMC/ DEC n° 02/95)

A partir de então, a integração cultural começa a ser colocada como tema central para a integração durante as reuniões, como aponta a mesma ata: “Conscientes de que a integração cultural constitui um elemento primordial dos processos de integração e que a cooperação e o intercâmbio cultural geram novos fenômenos e realidades” (MERCOSUL/ CMC/ DEC n° 02/95).

Em 1996, o grupo aprovou o *Protocolo de Integração Cultural do Mercosul*, que considerava “A importância da ampliação e do fortalecimento do intercâmbio cultural entre os Estados Partes para o aprofundamento do processo de integração” (MERCOSUL/ CMC/DEC. n°11/96). O protocolo tinha como principal objetivo a facilitação, pelos Estados, da criação e da promoção de espaços culturais que expressem “tradições históricas, os valores comuns e as diversidades dos países membros do Mercosul” (MERCOSUL/ CMC/DEC. n°11/96).

Após esse período, os países latino-americanos passaram por uma onda neoliberal dentro dos seus governos e o Mercosul priorizou mais fortemente a agenda econômica e política. Em consequência o campo cultural ficou estagnado e volta a ter visibilidade somente em 2002 a luz da *Declaração Universal da Diversidade Cultural* (2001), reconhecendo, assim, “el valor de la identidad y de la diversidad cultural en el marco de la globalización” (MERCOSUL/CMC/ATA 02/ANEXO 2/2002).

Para Tullo Vigevani e Haroldo Ramanzini Júnior (2022), a tentativa de dinamizar e de dar luz à agenda cultural reflete o esforço de ampliar a legitimidade do bloco. Tal movimento deve ser compreendido no contexto do surgimento do regionalismo pós-liberal/hegemônico em que os blocos regionais começaram a priorizar campos sociais, desenvolvimentistas e culturais, e não somente o campo econômico, como acontecia no regionalismo aberto.

A partir de então, os projetos do bloco começaram a ter características mais multilaterais, segundo as autoras Valéria Graziano e Mónica Guariglio (2022). Um exemplo desses projetos é a *Reunião Especializada de Autoridades Cinematográficas e Audiovisuais do Mercosul* (RECAM), criado em 2004, que tinha em vista “la necesidad de adoptar políticas y medidas que garanticen derechos de pueblos de la región producir y acceder a los contenidos cinematográficos y audiovisuales que expresen nuestra identidad y diversidad cultural”. (MERCOSUR/CMC/ATA 01/2004 anexo 02)

No mesmo ano, foi assinado o Consenso de Buenos Aires, considerado um marco histórico entre Brasil e Argentina com o intuito de uma cooperação bilateral entre ambos os países. O Consenso impactou o Mercosul não só pela relevância de ambos os Estados dentro do bloco, mas também pela importância dada ao bloco no próprio Consenso, onde se afirma “Enfatizamos que a integração sul-americana deve ser promovida no interesse de todos, com o objetivo de conformar um modelo de desenvolvimento no qual se associam o crescimento, a justiça social e a dignidade do cidadãos” (Consenso de Buenos Aires, 2003). A assinatura do documento foi justamente o que trouxe um caráter pós-hegemônico para o bloco, ampliando a abertura do Mercosul para temas sociais. Tal abertura refletia o alinhamento das políticas internas dos países com pautas sociais impulsionadas pela Onda Rosa.

Dois anos após o Consenso, em 2006, foram criados as Cúpulas Sociais e o Parlamento do Mercosul, como aponta o documento *As Cúpulas Sociais do MERCOSUL: História e Acervo*

As Cúpulas foram uma expressão mais, no decorrer desse decênio, do compromisso dos Estados com a criação e o fortalecimento de canais de representação política e participação social no MERCOSUL, através da inclusão de novos sujeitos coletivos. Fazem parte de um conjunto de inovações políticas e institucionais que tiveram lugar no bloco nos mencionados anos, como consequência da transformação de seus

objetivos no sentido de promover e fortalecer uma integração política, social, produtiva e participativa, como elementos fundadores de uma identidade regional. (Silva; Martins, 2015).

Na própria declaração de criação, é ressaltada a importância da participação da sociedade para a formação de uma cidadania e uma identidade comum sul-americana

Para construirmos um MERCOSUL verdadeiramente democrático e participativo, consideramos fundamental formular uma estratégia de cooperação específica para os âmbitos da informação, comunicação, cultura e conhecimento, contemplando acordos para potencializar as redes regionais de informação e comunicação pública e cidadãs, com um sentido de equidade e respeito à liberdade de imprensa, com a finalidade de contribuir para a formação de uma cidadania e uma identidade comum sul-americana (Mercosul, 2006, apud SILVA; MARTINS, 2015, p. 55)

Posteriormente, criou-se o Plano estratégico de Ação Social (PEAS) em 2007, que tinha como objetivo “Promover a consciência da identidade cultural regional, valorizando e difundindo a diversidade cultural dos países do MERCOSUL e das culturas regionais” (PEAS, 2007). Nota-se que após a criação das Cúpulas Sociais, a identidade entra como um assunto central nos projetos como no PEAS e nas declarações dos anos posteriores como, por exemplo, a Declaração da XVII Cúpula Social do Mercosul - Paraná em 2014, a qual postula que “[...] é essencial avançar na geração de uma educação para a emancipação como ferramenta necessária para a descolonização de nossas consciências, reivindicando nossa identidade latino-americana construída sobre a herança e o presente de nossos povos afro e indígenas.”(MERCOSUL, 2014, apud Silva; Martins, 2015, p.56).

Ademais, outro exemplo que retrata a importância da cultura e da identidade em tais reuniões é a Declaração Final da XVIII Cúpula Social do Mercosul, realizada em 2015, segundo a qual “A dimensão social e cultural do MERCOSUL para além da sua estrutura econômica só será possível a partir da construção de cidadãs e cidadãos Mercosulino” (MERCOSUL, 2015, apud Silva; Martins, 2015, p.59)

Por fim, as últimas normativas públicas no âmbito cultural pelo o Mercosul foram a de Patrimônio Cultural do Mercosul, que considera “Que o Patrimônio cultural contribui para o reconhecimento e valorização da identidade cultural regional” (MERCOSUL/CMC/DEC. n° 08/23), e o Acordo Mercosul de coprodução cinematográfica e audiovisual que considera “Que a cultura constitui um elemento primordial dos processos de integração e que a cooperação e o intercâmbio cultural geram novos fenômenos e realidades” (MERCOSUL/CMC/DEC. n°06/24).

Entretanto, apesar de ocupar esse espaço, a frequência com que a temática cultural aparece é relativamente pequena em comparação a outros assuntos tratados nas reuniões. As

propostas voltadas à cultura se destacaram de forma mais clara em apenas três cúpulas: a Cúpula de Brasília (2006), cujo GT intitulava-se “*Educación, juventude, cultura e comunicación*”, que ressaltou a necessidade de priorizar ações de integração cultural para fortalecer a identidade regional; a Cúpula de Mendoza, com o GT “*Cultura e pensamiento latino-americano*”, que defendeu o projeto “*Cultura Viva*”, voltado à valorização da diversidade cultural regional, sua preservação e à criação de novas legislações sobre o tema; e, por fim, a Cúpula de Brasília (2012), com o GT “*Comunicación, Cultura e Identidade*”, na qual foi lançado o Programa Somos MERCOSUL, que apresentou propostas direcionadas ao fortalecimento da identidade cultural regional.

Ademais, o MERCOSUL investe em vários festivais e concursos como forma de buscar a valorização da diversidade cultural dos Estados-Membros. Alguns exemplos feitos recentemente é o I Festival Cultural do MERCOSUL realizado em 2024 com ciclos de cinema, exposições e participações musicais e o Festival de Artes e Direitos Humanos “reflexo” realizado em 2025, com um dos principais objetivos de gerar espaço de intercâmbio cultural. Destacando as iniciativas tomadas pelo bloco para a promoção de uma integração cultural.

3.2. CULTURA DENTRO DA UNASUL

A UNASUL foi criada em 23 de maio de 2008, em Brasília, em um contexto de regionalismo voltado para uma perspectiva pós-liberal ou pós-hegemônica. O bloco visa integrar as duas principais uniões aduaneiras do continente, o MERCOSUL e a Comunidade Andina (CAN). Entretanto, focado em outros setores como o social, o cultural, o científico-tecnológico e o político.

Para Félix Vacas Fernández (2016), a UNASUL é o único bloco que envolve a cidadania sul-americana para a sua formação, pois ela é considerada um pilar fundamental para uma região integrada. Dessa forma, é possível notar a ênfase no campo cultural para uma maior integração dos Estados-membros.

A declaração que deu origem ao bloco foi a Declaração de Cuzco: assinada na Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA), grupo considerado o prepossuor da UNASUL, ela explicita os objetivos do bloco, sendo um dos principais

construir, de manera participativa y consensuada, un espacio de integración y unión en lo cultural, social, económico y político entre sus pueblos, otorgando prioridad al diálogo político, las políticas sociales, la educación, la energía, la infraestructura, el financiamiento y el medio ambiente, entre otros, con miras a eliminar la desigualdad socioeconómica, lograr la inclusión social y la participación ciudadana, fortalecer la

democracia y reducir las asimetrías en el marco del fortalecimiento de la soberanía e independencia de los Estados. (UNASUR, 2008, p.2)

Dessa forma, nota-se a ênfase, desde sua formação, na valorização da cultura presente nos países membros do bloco. O documento fundacional também destaca a intenção de construir uma identidade comum entre os Estados participantes, ao afirmar que estes “firman su determinación de construir una identidad y ciudadanía suramericanas y desarrollar un espacio regional integrado en lo político, económico, social, cultural, ambiental, energético y de infraestructura, para contribuir al fortalecimiento de la unidad de América Latina y el Caribe” (UNASUR, 2008, p. 1).

Em 2010, foram criados três grandes conselhos para dar mais coerência ao desenho institucional e colocar a cultura em uma função mais bem definida. Esse desenho institucional visava desenvolver a UNASUL como autoridade independente para atores externos, mostrar que aqueles países possuíam uma identidade integrada.

Nesse contexto, foi criado o Conselho Sul Americano de Educação, Cultura, Tecnologia e Inovação (CONSECCTI) na terceira reunião ordinária de chefes e chefas de Estado e de Governo da UNASUL. Tal Conselho possui o seu desenho institucional parecido com o do bloco em si, com a presidência sendo Pro-Tempore e seus integrantes sendo ministros e ministras dos Estados-Membros. Logo no seu estatuto, a cultura já está prevista como um processo equitativo, como se observa nos seus principais objetivos

a) promover y fortalecer la cooperación educativa, cultural, científica, tecnológica y de innovación en la región. b) promover la reducción de las asimetrías regionales y subregionales en materia de conocimientos en educación, cultura, ciencia, tecnología e innovación. [...] i) promover el reconocimiento, la valoración, la protección, salvaguardia y la apropiación social del patrimonio natural y cultural, material e inmaterial, así como la diversidad de las expresiones culturales de los pueblos de la región. j) Promover políticas y acciones que faciliten el desarrollo de las industrias culturales en tanto componente el crecimiento económico y desarrollo humano integral, como también la circulación de los bienes y la prestación de servicios culturales en la región (UNASUR, 2010)

Na reunião celebrada em Quito, em 14 de abril de 2010, foram criados grupos especializados dentro do conselho, entre eles: cultura, ciências, tecnologia e inovação. Essa subdivisão ocorreu devido à amplitude dos assuntos dentro do conselho, fator que influenciou a fragmentação dele.

Em 7 de dezembro de 2011, na terceira reunião de Ministros e Ministras do grupo de trabalho especializado de cultura, foram decididos seis temas principais para promover a cultura dentro do bloco

a. Integración suramericana a través de la cultura. b. Promover la garantía de los Derechos Culturales y Propuesta de Mecanismos Transversales en la Región. c. Fortalecimiento de contenidos culturales para la televisión. d. Fomento a las Industrias Culturales y la posible creación de un mercado cinematográfico de UNASUR. e. Fomento de las Rutas culturales. f. Creación de una plataforma de información cultural compartida (UNASUR, 2011)

No ano seguinte, o conselho foi separado para melhorar a eficiência dos diversos campos, que eram tratados no CONSECTI. Dessa forma, foi criado o conselho Sul-americano de cultura, cujos princípios centrais são a criação e acesso universal da cultura, integração regional, equidade, interculturalidade, transparência, participação, cooperação e comunicação. A sua primeira reunião foi em 25 de junho de 2013 e tinha como objetivo aprovar o Estatuto do órgão. Desse estatuto, destacam-se

- a) impulsar y fortalecer la cooperación cultural en la región. [...]
- g) Fomentar el desarrollo de la ciudadanía suramericana, consciente de la importancia de la interculturalidad, de la valoración positiva de las diversidades y diferencias culturales y de la erradicación de toda forma de discriminación, como fundamento para la construcción de la unión suramericana.[...]
- o) La promoción de la diversidad cultural y de las expresiones de la memoria y de los conocimientos y saberes de los pueblos de la región, para el fortalecimiento de sus identidad [...]
- l) Promover y proteger la diversidad cultural, y las expresiones de la memoria, los conocimientos y saberes de los pueblos de la región, para el fortalecimiento de las identidades. [adaptado] (UNASUR/CMRE/RESOLUCIÓN/Nº31/2012)

Alguns projetos se destacam com o objetivo de fortalecimento do campo cultural dentro do bloco, como o Grupo de Trabalho sobre cidadania sul-americana (GTCS) e a Bienal Internacional das artes do Sul (BIENALSUR). O GTCS tinha como objetivo articular os instrumentos e experiências sub-regionais capazes de promover um espaço sul-americano integrado, com identidade compartilhada e os benefícios decorrentes dessa aproximação. Foi criado a partir do Tratado Constitutivo do grupo, assinado em Brasília em 2008, demonstrando o compromisso do bloco, desde sua origem, com o desenvolvimento cultural e identitário por meio de projetos concretos. Já a BIENASUL, tinha como propósito facilitar intercâmbios culturais entre países membros e não membros, o evento já contou com quatro edições de grande sucesso, sua sede fica em Buenos Aires na Argentina.

Nesse período, o bloco possuía 12 Estados-membros, sendo eles Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela. Contudo, com o passar dos anos, o bloco perdeu membros significativos, como o Brasil e a Argentina, devido a política de integrações bilaterais propagadas por governos de direita a partir de 2018. Por esse motivo, o bloco ficou apenas com 5 países: Bolívia, Suriname, Colômbia, Venezuela e Peru, o qual se encontra suspenso. Em 2023, no governo Lula III, o

Brasil anunciou a sua volta para o bloco, mas este ainda se encontra inativo e sem dissertações importantes.

3.3. CULTURA DENTRO DA CELAC

A CELAC foi a primeira organização que juntou todos os países independentes da América Latina, inclusive Cuba, sem nenhuma participação dos países anglo-saxônicos. Ela foi formada dia 3 de dezembro de 2011 em Caracas, na Venezuela.

O bloco foi a união de dois outros mecanismos de participação que eram a Cúpula da América Latina de Integração e Desenvolvimento (CALC) e o Grupo do Rio. O Grupo do Rio foi um fórum regional de concertação política que se consolidou nos anos 1980 com o principal objetivo de pacificação na América Central e também em diversos processos de redemocratização¹². A I Cúpula da América Latina e do Caribe sobre Integração e Desenvolvimento (CALC) por sua vez, foi, para muitos países, principalmente caribenhos, um primeiro e importante meio de participação e de diálogo no âmbito regional, que veio a acontecer somente em 2008. Por isso, ela é considerada o embrião da CELAC.

O principal objetivo da CELAC é a concertação política, a articulação e a promoção da cooperação Sul-Sul. Com isso, a questão econômica recebeu menor atenção, exceto em termos de desenvolvimento da cooperação que o bloco visa. Ele foi concebido com base nos princípios do multilateralismo, do direito internacional e da Carta das Nações Unidas, com o objetivo de transformar a região em um ator mais coeso entre si, como aponta sua carta de fundação.

[...] a Celac avance no processo de integração política, econômica, social e cultural, fazendo um sábio equilíbrio entre a unidade e a diversidade de nossos povos, para que o mecanismo de integração regional seja o espaço ideal para a expressão de nossa rica diversidade cultural e, ao mesmo tempo, para reafirmar a identidade da América Latina e do Caribe, sua história comum e suas contínuas lutas por justiça e liberdade. (CELAC, 2011).

No âmbito cultural, em 2013, foi constituída a *Reunião de Ministros de Cultura da CELAC*. Essa reunião foi sucessora do *Fórum de Ministros da Cultura e Responsáveis pelas Políticas Culturais na América Latina e no Caribe* (1989), o primeiro espaço de discussão sobre cultura que existiu na América Latina. Na segunda cúpula da entidade, foi divulgado o plano de Ação Cultural da CELAC 2015-2020, no qual se destaca

1 CELAC como espaço de expressão da diversidade cultural dos povos da ALC.

¹² Os blocos antecessor do Grupo Rio foram o Grupo Contadora, formado por Colômbia, México, Panamá e Venezuela e o grupo de Apoio a Contadora que era formado por Brasil, Argentina, Peru e Uruguai. Ambos os blocos foram criados durante a guerra fria e possuíam o objetivo de obter uma solução negociada para as guerras civis da América Central sem a participação direta dos Estados Unidos ou da URSS.

3 Papel da cultura para o desenvolvimento sustentável dos países membros e para a integração de seus povos, com base na promoção de seu caráter multiétnico, multicultural e plurilíngue. Respaldo às resoluções das Nações Unidas sobre Cultura e Desenvolvimento e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

6 Elaboração de projetos regionais na área da cultura, incluindo parcerias entre instituições públicas e privadas. (CELAC, 2013)

A dissertação sobre cultura e seus planos de ação exerceram influência direta em diversas declarações posteriores, evidenciando o papel central da cultura na consolidação dos diferentes níveis de integração do bloco. Esse entendimento é reafirmado na Declaração de Havana (2014), que, ao retomar os objetivos estabelecidos na Declaração de Suriname, aprovada na Primeira Reunião de Ministros de Cultura da CELAC, destaca:

Tomando en cuenta los objetivos esbozados en la Declaración de Surinam, aprobados en la Primera Reunión de Ministros de Cultura de la CELAC celebrada los días 14 y 15 de marzo en Paramaribo, Surinam, enfatizamos la importancia de la cultura en Latinoamérica y el Caribe como el fundamento de la identidad de cada país y como catalizador de los procesos de integración regional. Subrayamos la importancia de la cultura y de las industrias culturales para las economías nacionales y asumimos el compromiso de promover el emprendimiento cultural, como una herramienta de conservación de nuestro patrimonio cultural y la generación de oportunidades de empleo y riqueza para nuestros pueblos, de tal forma que contribuya al bienestar de nuestros ciudadanos y al progreso de la sociedad en su conjunto. (Declaração de Havana, 29 de janeiro de 2014)

Dessa forma, observa-se que a CELAC reconhece a cultura não apenas como elemento simbólico da identidade latino-americana e caribenha, mas também como instrumento estratégico para o fortalecimento da integração regional. Ao articular cultura, desenvolvimento e inclusão, o bloco reafirma uma perspectiva de cooperação baseada na valorização da diversidade e na promoção de políticas culturais que contribuam para a sustentabilidade econômica e social da região. Essa abordagem evidencia a centralidade da dimensão cultural na construção de uma integração mais autônoma, plural e enraizada nas especificidades históricas e identitárias dos povos da América Latina e do Caribe.

3.4. A DIMENSÃO CULTURAL DENTRO DO MERCOSUL, UNASUL E CELAC

Os três blocos possuem a cultura como um fator fundamental dentro das suas instituições. Porém, é possível notar diferenças no grau de institucionalização e na forma como a cultura é interpretada dentro desses blocos, além da forma com que ela foi inserida dentro destes e seu espaço dentro dessas discussões.

Assim, o Mercosul, apesar de ter sido criado dentro de um contexto de regionalismo aberto, conseguiu inserir a cultura na sua agenda de forma institucionalizada, inovando o modo como esse campo era tratado dentro do regionalismo latino americano até então. Contudo, ainda se nota que poucas normativas são publicadas no âmbito cultural, sendo a maioria delas realizada no campo econômico e político.

A UNASUL foi um dos primeiros blocos a envolver o campo de cultura e de identidade dentro da sua Declaração fundadora. Porém, nota-se a falta de políticas e de projetos concretos. Apesar das intenções, atualmente, ela está inativa e não segue mais com nenhuma das discussões dentro desse campo.

A CELAC, por fim, foi o bloco que mais envolveu a diversidade cultural até o momento, distanciando-se do campo econômico desde a sua fundação. Ainda assim, na celebração dessas identidades dentro de um contexto unificado, no caso da América Latina, também se nota a falta de projetos concretos atualmente, além de ser difícil o acesso aos seus documentos.

Com isso, concluímos que temas identitários e culturais são extremamente importantes para validar um bloco perante o contexto internacional desde os anos 2000. Foi possível notar uma tentativa muito grande dos blocos de integração e cooperação latino-americanos de incluir esse campo dentro de suas agendas, porém, atualmente, não conseguimos ver políticas concretas para a promoção de uma identidade cultural ou integração cultural.

4. CONCLUSÃO

Ao longo deste estudo, ficou evidente que a cultura se configura como um elemento estratégico dentro dos blocos regionais latino-americanos, atuando como ponte entre dimensões simbólicas, sociais e políticas. Mais do que um campo de expressão artística ou de preservação de tradições, a cultura emerge como mecanismo de coesão capaz de consolidar laços entre os Estados-membros e suas sociedades, ao mesmo tempo em que projeta no cenário internacional uma narrativa de pertencimento e unidade regional ampliando a legitimidade dos blocos.

A análise das experiências do MERCOSUL, da UNASUL e da CELAC revela que, embora cada bloco tenha adotado formas distintas de inserção cultural, todos reconhecem sua importância para a integração. A cultura aparece como um instrumento de construção de identidade compartilhada e de legitimação das instituições regionais, refletindo a tentativa dos Estados de articular políticas de cooperação que extrapolem o campo econômico e político tradicional. Nesse sentido, a centralidade da cultura está diretamente vinculada à promoção de

vínculos sociais, à valorização da diversidade e à consolidação de uma identidade regional que, historicamente, se constrói a partir da pluralidade étnica, linguística e histórica da América Latina.

A análise do papel da cultura nos blocos regionais latino-americanos mostra que, embora sua institucionalização e visibilidade variem de acordo com cada bloco, ela ocupa um lugar estratégico e central. Nos três casos estudados a cultura não aparece apenas como um campo simbólico, mas como um elemento capaz de articular dimensões políticas, sociais e identitárias. O lugar da cultura nos blocos não se limita à preservação de expressões artísticas ou tradições históricas; ele funciona como um instrumento para fortalecer vínculos, fortalecer os processos de integração e criar uma narrativa comum de pertencimento regional. Isso é particularmente relevante em uma região marcada por desigualdades históricas, diversidade étnica e linguística e processos de colonização, onde a cultura surge como eixo de reconhecimento e mediação entre Estados e sociedades.

No MERCOSUL, o campo cultural está formalmente institucionalizado e possui presença consistente em normas, protocolos e cúpulas sociais. A criação de grupos de trabalho e protocolos de integração cultural demonstra que o bloco entende a cultura como um vetor de integração que vai além da economia. Entretanto, a frequência e profundidade das ações voltadas à cultura ainda são menores em comparação a outros temas, o que revela que, embora formalmente consolidado, o campo cultural depende de uma continuidade prática para efetivar seu papel funcional. Nesse sentido, a cultura no MERCOSUL cumpre uma função dupla: reforça a identidade regional e, ao mesmo tempo, amplia a legitimidade do bloco no contexto internacional, mostrando que a integração pode contemplar dimensões simbólicas e sociais, além das econômicas.

Na UNASUL, a cultura assume um caráter mais simbólico e estratégico, fortemente ligada à construção de cidadania regional e à promoção de um sentimento de pertencimento regional. Projetos implementados indicam que o bloco buscava construir laços simbólicos e identitários entre os Estados-membros, complementando a integração política e social. Mesmo que a execução prática tenha sido limitada e que atualmente o bloco se encontre inativo, o desenho institucional e as intenções iniciais mostram que a cultura era pensada como um processo equitativo, capaz de fortalecer identidades comuns e promover intercâmbios que consolidasse uma integração regional mais ampla.

Já na CELAC, a dimensão cultural se apresenta de forma mais discursiva, embora sempre presente nas declarações e planos de ação. O bloco, voltado principalmente à concertação política e diplomática, reconhece a cultura como fundamento da identidade

latino-americana e caribenha e como ferramenta para legitimar o processo de integração. Apesar da dificuldade de acesso a documentos e iniciativas concretas recentes, a CELAC mostra que a cultura pode funcionar como um pilar simbólico e reforça, mesmo que apenas discursivamente, a narrativa de unidade e diversidade da América Latina e do Caribe.

De modo geral, as iniciativas culturais e identitárias promovidas nos diferentes blocos regionais buscam, primordialmente, valorizar a diversidade intrínseca à América Latina. Essa diversidade, explicada pelo conceito de hibridismo cultural (Canclini, 2013), não é vista como um obstáculo, mas sim como a matriz de uma identidade compartilhada. Conforme argumenta Briceño Ruiz (2018), a promoção da integração regional só é viável quando há o reconhecimento de tais identidades comuns, originadas justamente das raízes híbridas e históricas do continente. Essa convergência de valores e raízes aumenta o grau de interação entre os membros dos blocos, levando os Estados, no contexto atual do sistema internacional, a buscar ativamente mecanismos ideológicos e diplomáticos para estabelecer uma unidade coesa.

Nessa perspectiva, podemos responder a perguntas feitas durante esse estudo, entendendo que é possível observar que a dimensão cultural nos blocos latino-americanos cumpre simultaneamente duas funções interligadas: promove a integração cultural, criando espaços de diálogo, intercâmbio e valorização da diversidade; e fortalece a identidade regional, oferecendo referências simbólicas compartilhadas que sustentam a integração política e social. Essa dupla função se torna ainda mais relevante no contexto do regionalismo pós-hegemônico, em que os blocos passam a priorizar agendas sociais, culturais e de desenvolvimento humano em paralelo às agendas econômicas. Assim, a cultura deixa de ser apenas uma expressão do patrimônio ou da tradição e se transforma em um instrumento de *coesão regional*, legitimação e construção de pertencimento coletivo.

Em conclusão, a cultura ocupa um espaço estratégico dentro dos blocos regionais latino-americanos, ainda que com diferentes graus de efetividade. Ela não é apenas um complemento das políticas econômicas ou sociais, mas um elemento central na construção de uma identidade compartilhada e na consolidação de uma integração mais profunda. Por meio da valorização da diversidade e da promoção de políticas culturais, os blocos buscam reforçar a coesão social, fortalecer os laços simbólicos entre os Estados-membros e projetar uma narrativa de unidade e pluralidade perante o contexto internacional. A cultura, portanto, revela-se como um eixo essencial para a integração latino-americana. Ao transcender a esfera econômica, este estudo demonstra que essa dimensão é importante para os processos de

cooperação e legitimidade dos blocos, reafirmando a necessidade de uma análise culturalmente informada nas Relações Internacionais.

5. REFERÊNCIAS

BAD BUNNY. LO QUE LE PASÓ A HAWAII. In: **Debí Tirar Mais Fotos**. [S.L]. Rimas Entertainment, 2025. 14 faixa (3 min 49 s). Disponível: <https://open.spotify.com/intl-pt/track/1Hg0e997pObvZ91w1FCPFk>. Acesso em: 06 de nov. de 2025.

BETHELL, L. O Brasil e a ideia de “América Latina” em perspectiva histórica. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 22, p. 289–321, 2009.

BIENALSUR. **BIENALSUR**. [S. l.: s. n.], [s. d.]. Disponível em: <https://bienalsur.org/pt>. Acesso em: 23 out. 2025.

BLANCO, R; DELGADO, A. C. Problematizando o outro absoluto da modernidade: a cristalização da colonialidade na política Internacional. In: TOLEDO, A. (Org.). **Perspectivas Pós-coloniais e Decoloniais em Relações Internacionais**. Salvador: EDUFBA, 2021, p. 125-156.

BRAGA, M. B. Integração econômica regional na América Latina: uma interpretação das contribuições da CEPAL. **Cadernos PROLAM/USP**, [s. l.], v. 1, p. 9-30, 2002.

BRASIL. **Abertura do encontro de ministros da cultura da América Latina e do Caribe**. Casa Civil. Brasília, 10 de ago. de 1989. Disponível em: <https://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/jose-sarney/discursos/1989/58.pdf/view>. Acesso em: 03 de novembro de 2025.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **II Cúpula da CELAC: Declaração de Havana**, 29 de janeiro de 2014. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/ii-cupula-da-celac-declaracao-de-havana-29-de-janeiro-de-2014. Acesso em: 17 maio 2025.

BRIGOLA, H. F. Regionalismo e Integração Regional na América do Sul: uma discussão sobre as dificuldades e divergências ideológicas (2000-2016). **Terr@ Plural**, [s. l.], v. 16, p. 1–17, 2022.

CAMPOS, G. C. Da democracia delegativa à democracia participativa: desafios à concreção da cidadania. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE PROCESSO COLETIVO E CIDADANIA, 6., 2018, Ribeirão Preto. **Anais do Congresso Brasileiro de Processo Coletivo e Cidadania**. Ribeirão Preto, 2018. p. 98-112.

CANCLINI, N. G. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. 4. ed. 6. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

CELAC. **Declaración de Surinam**. Paramaribo, Suriname: CELAC, 2013. Disponível em: http://www.lacult.unesco.org/docc/Declarac_XIX_Foro_Esp.pdf. Acesso em: 26 de agosto de 2025.

CELAC. **Declaração de Havana**. Havana, 29 de janeiro de 2014.

FARRET, R. L.; PINTO, S. R. América Latina: da construção do nome à consolidação da ideia. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 12, p. 30–42, 2011.

FAVA JUNIOR, J. R. A CELAC e o regionalismo latino-americano entre as interpretações do Brasil e do México. **Observatório de Regionalismo**, 20 set. 2023. Disponível em: <https://observatorio.repri.org/2023/09/20/a-celac-e-o-regionalismo-latino-americano-entre-as-interpretacoes-do-brasil-e-do-mexico/>. Acesso em: 12 maio 2025.

FERNÁNDEZ, F. V. La cultura em Unasur: El intento de construcción de una ciudadanía e identidad suramericana desde la diversidad cultural. **REIB: Revista Electrônica Iberoamericana**, [S.L] v. 10, n. 1, p. 33–48, 2016.

FIGUEIREDO, Alexandre Ganan de Brites; GREMAUD, Amaury Patrick; BRAGA, Márcio Bobik. A integração latino-americana: da identidade à estrutura econômica. **Revista USP**, [s. l.], n. 136, p. 13–36, 2023.

GRAZIANO, Valéria; CALABRE, Lia; GUARIGLIO, Mónica. Cultura e integração regional: caminhos para pensar a descolonização do poder na América Latina. **Brazilian Journal of Latin American Studies**, [S.L] v. 21, n. 42, p. 16–36, 2022.

HAIDER S. Seguimos haciendo historia. **CELAC**. [S.D] Disponível em: <https://celacinternational.org/>. Acesso em: 12 maio 2025.

HURRELL, A. O ressurgimento do regionalismo na política mundial. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 23-59, jan./jun. 1995.

LARRAÍN, J. La identidad latinoamericana: teoría e historia. **Estudios Públicos**, Santiago, n. 55, 1994. Disponível em: <https://www.estudiospublicos.cl/index.php/cep/article/view/1247>. Acesso em: 11 de maio de 2025.

LLAMAS, V. ¿Podría la ciudadanía latinoamericana ser una cuarta solución duradera? Em: **Forced Migration Review**. [s. d.]. Disponível em: <https://www.fmreview.org/latinoamerica-caribe/llamas-2-2/>. Acesso em: 23 out. 2025.

MERCOSUL. Conselho do Mercado Comum (CMC). **Acordo Mercosul de coprodução cinematográfica e audiovisual**. Assunção, 08 de julho de 2024. Disponível em: https://normas.mercosur.int/simfiles/normativas/100761_DEC_006-2024_ES_Acuerdo%20Coproduccion%20Mercosur.pdf. Acesso em 03 de nov. de 2025.

MERCOSUL. Reunião Especializada de Cultura. **Acta de la reunion de los secretarios de cultura y autoridades culturales del Mercosul**. Brasília, 25 de agosto de 1992. Disponível em: https://documentos.mercosur.int/simfiles/docreuniones/45046_REC_1992_ACTA01_ES.pdf. Acesso em: 03 de novembro de 2025.

MERCOSUL. Conselho do Mercado Comum (CMC). **Ata da LX Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum**. Montevideu, 13 dez. 2021. Disponível em: <https://www.mercosul.int/documento/ata-lx-cmc/>. Acesso em: 3 nov. 2025.

MERCOSUL. Secretaria Administrativa do Mercosul. **Ata da XXIII Reunião do Conselho do Mercado Comum**. Brasília, 5 e 6 de dezembro de 2002. Disponível em: https://documentos.mercosur.int/simfiles/docreuniones/249_CMC_2002_ATA02-Corr1_PT.pdf. Acesso em: 03 de novembro de 2025.

MERCOSUL. Conselho do Mercado Comum. **Ata da XXVI Reunión del consejo del Mercado Común**. Porto Iguazú, 7 e 8 de julho de 2004. Disponível em: https://documentos.mercosur.int/simfiles/docreuniones/263_CMC_2004_ACTA01_ES.pdf.

Acesso em: 03 de novembro de 2025.

MERCOSUL. Reunião de Ministros e Autoridades de Desenvolvimento Social (RMADS). **Declaração de Princípios do MERCOSUL Social (Carta de Montevideu)**. Montevideu, novembro de 2007. Disponível em: http://www.mercosursocial.org/documentos/declaraciones/declaracion_de_principios_esp.pdf.

Acesso em: 03 de novembro de 2025.

MERCOSUL. Conselho do Mercado Comum (CMC). **Patrimônio Cultural do Mercosul**. Puerto Iguazú, 03 de agosto de 2023. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Decis%c3%a3o%20MERCOSUL.pdf>.

Acesso em: 03 de novembro de 2025.

MERCOSUL. **Plano Estratégico de Ação Social do MERCOSUL (PEAS)**. Disponível em: <https://www.mercosur.int/documento/plano-estrategico-de-acao-social-do-mercopol-peas/>.

Acesso em: 17 maio 2025.

MERCOSUL. Conselho do Mercado Comum (CMC). **Protocolo de Integração Cultural do Mercosul**. Fortaleza, 17 de dezembro de 1996. Disponível em: https://normas.mercosur.int/simfiles/normativas/27000_DEC_011-1996_PT_Prot%20Integrac%C3%A7%C3%A3o%20Cultural%20MCS.pdf. Acesso: 03 de novembro de 2025.

MERCOSUL. Grupo Mercado Comum (GMC). **Reunião de ministros da Cultura**. Disponível em: https://normas.mercosur.int/simfiles/normativas/25845_DEC_002-1995_ES_ReuMinCult.pdf.

Acesso em: 03 de novembro de 2025.

MERCOSUL. **Tratado de Assunção**. Assunção, 26 mar. 1991. Disponível em: <https://www.mercosur.int/documento/tratado-de-assuncao/>. Acesso em: 12 maio 2025.

ORTIZ, Maria Camila Osorio; DULCI, Tereza Maria Spyer; URRUTH, Yaskara Weit. A cultura no MERCOSUL: análise dos desdobramentos das cúpulas sociais nas reuniões de Ministros da Cultura (2006-2015). **Brazilian Journal of Latin American Studies**. São Paulo, v. 21, n. 42, p. 177–202, 2022. Disponível em: <https://revistas.usp.br/prolam/article/view/192903>. Acesso em: 8 nov. 2025.

PAULA, F. R. A saga pelo desenvolvimento e/ou autonomia na América Latina: a ascensão e queda do Brasil. In: TOLEDO, A. (Org.). **Perspectivas Pós-coloniais e Decoloniais em Relações Internacionais**. Salvador: EDUFBA, 2021, p. 259-284.

QUIJANO, A. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. [S. l.: s. n.], [s. d.]. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/slideshow/colonialidade-do-poder-eurocentrismo-e-amrica-latina-53220674/53220674>. Acesso em: 23 out. 2025.

RIGGIROZZI, P.; TUSSIE, D. **The Rise of Post-Hegemonic Regionalism**. [S.L] UNU-CRIS, 2012.

RUIZ, J. B. **Las teorías de la integración regional: más allá del eurocentrismo**. Bogotá, Universidad Cooperativa de Colombia/Centro de Pensamiento, Global, 2018.

SANAHUJA, J. A. Regionalismo post-liberal y multilateralismo en Sudamérica: El caso de UNASUR. In: SERBIN, A.; MARTÍNEZ, L.; JÚNIOR, H. R. (Orgs.) **El regionalismo “post-liberal” en América Latina y el Caribe: nuevos actores, nuevos temas, nuevos desafíos**. Buenos Aires: Coordinadora Regional de Investigaciones Económicas y sociales (CRIES), 2012. p.19-72

SANTOS, L. M. José Martí e o projeto identitário de Nuestra América: uma análise da construção de identidade americana. **Portal Regional da BVS**. Rio de Janeiro; [s.n]; jul. 2010. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/bps-2075>. Acesso em: 23 out. 2025.

SILVA, C. A. A cultura na agenda da CELAC a partir de uma perspectiva teórica descolonizadora. **Brazilian Journal of Latin American Studies**, [s. l.], v. 21, n. 42, p. 203–227, 2022. Disponível em: <https://revistas.usp.br/prolam/article/view/191234>. Acesso em 06 de nov. de 2025.

SILVA, C. A.; MARTINS, J. R. V. As Cúpulas Sociais do MERCOSUL I - História e acervo.

Em: **Mercosur**, 2015. Disponível em:

<https://www.mercosur.int/documento/as-cupulas-sociais-do-mercosul-i-historia-e-acervo/>.

Acesso em: 3 nov. 2025.

STREICH, R. A Revolução Mexicana e as esquerdas latino-americanas nos anos 1920.

Revista Escrita da História. Vol. 4, n. 8, jul./dez. 2017. Disponível em:

<https://www.escritadahistoria.com/2024/01/a-revolucao-mexicana-e-as-esquerdas.html>.

Acesso em: 09 de out. de 2025

UNASUL. **Estatuto para el COSECCTI**. [S.D], 8 de jun. de 2010.

UNASUL. **Por la cual el consejo de ministras y ministros de relaciones exteriores de la unión de naciones suramericanas eleva la propuesta de creación de los consejos suramericanos de educación; de cultura; y de ciencia; tecnologia e innovación en reemplazo del Conseccti**. Lima, 29 de nov. de 2012. Disponível em:

http://www.rree.gob.pe/politicaexterior/Documents/RESOLUCION_31_2012_Spanish.pdf.

Acesso em: 24 de agosto de 2025

UNASUL. **Tratado Constitutivo de La Unión de Naciones Suramericanas**. Brasília, 23 de maio de 2008. Disponível em:

https://www.iirsa.org/admin_iirsa_web/Uploads/Documents/rp_brasilia08_cumbre_unasur_tratado_constitutivo.pdf. Acesso em: 03 de nov. de 2025.

VALDÉS, E. D. De Ariel de Rodó a la Cepal (1900-1950). In: **El pensamiento latinoamericano en el siglo XX: entre la modernización y la identidad**. Biblos: Buenos Aires, 2000. Introdução e parte 1.

VIGEVANI, T.; RAMANZINI JÚNIOR, H. **Os desafios da integração regional no Sul Global: o caso da política externa brasileira para o Mercosul**. Prefácio de Celso Amorim. São Paulo: Editora Unesp, 2023.

WESTIN, R. Há 30 anos, criação do Mercosul pôs fim às tensões históricas entre Brasil e Argentina. **SENADO NOTÍCIAS**. Brasília, 5 de março de 2021. Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/ha-30-anos-criacao-do-mercosul-po-s-fim-as-tensoes-historicas-entre-brasil-e-argentina>. Acesso em: 29 set. 2025.

YANAKIEW, M. Unasul terá Bienal Internacional de Arte. **Agência Brasil**. Buenos Aires, 6 de set. de 2015. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/cultura/noticia/2015-09/unasul-tera-bienal-internacional-de-arte>. Acesso em: 23 out. 2025.